

16 de Novembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 235
Director-Geral
Evaristo Mulaza



'CASO NAZAKI OIL & GAZ'

Bloco que custou 3 mil milhões USD à Sonangol passou para a Total por menos de 400 milhões

INVESTIGAÇÃO. Oitenta por cento do Bloco 21, que está no epicentro do escândalo que envolve a empresa do ex-vice-Presidente da República, passaram para as mãos da Total, em Dezembro de 2019, num negócio que incluiu também 50% do Bloco 20. Pelas duas participações, a petrolífera francesa poderá pagar até 750 milhões de dólares, ao passo que a Sonangol apenas por 15% do Bloco 21 teve de desembolsar 3 mil milhões USD à Nazaki Oil & Gaz, entre 2012 e 2013. Pág. 4



IMPORTAÇÕES

EUA, Rússia e União Europeia voltam a pressionar Angola

Págs. 6 e 7



Pedro Bequengue, presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais de Angola

“O país não se deve fechar às importações”

Págs. 10 e 11

OPINIÃO

João Huan

Angola e a armadilha da pobreza

Págs. 18 e 19

SUSPEITOS DE CRIMES

Gestores da Universidade Jean Piaget na mira da PGR

Pág. 7

DE OUTUBRO DE 2017 A OUTUBRO DE 2020

Reservas Internacionais Líquidas quedam 40% em 3 anos

Pág. 8



Editorial

CADÊ A AUDITORIA?

A resistência do Governo e do MPLA em aceitar a contratação de uma auditoria credível à Sonangol já deixou de ser incompreensível. Transitou, há muito, para o absurdo e agora aproxima-se apressadamente do insano. O tempo e os factos, afinal, não perdoam. Todos os dias há uma nova denúncia, uma nova megavergonha. Novidades que, apesar de todo o conhecimento generalizado sobre a delapidação do erário, assustam sempre pelos números envolvidos e pelos contornos invariavelmente usados pelos potenciais prevaricadores.

A Sonangol deveria, aliás, servir de um 'case study' sobre as formas mais descaradas de se roubar um país. E não haveria exemplo mais destacado do que o megaescândalo revelado, nos últimos dias, e que envolve o nome do ex-vice-Presidente da República. Conforme a imprensa vai divulgando, a reconstituição dos factos é um exercício que amedronta, só pelo raciocínio: o

Estado dá a uma empresa angolana participações em dois blocos petrolíferos. Deduz-se que o argumento – signifique o que isto significar – vai no sentido da angolanização do sector petrolífero, por isso, o Estado fá-lo a custo zero. Contudo, três anos depois, estas participações são compradas, pelo mesmo Estado que as ofereceu, por 3 mil milhões de dólares. Tão simples e tão básico quanto isto. Sem atalhos, sem dissimulações. É preciso, entretanto, acrescentar um detalhe sintomático: pouco mais de sete meses após o pagamento de toda a operação (Novembro de 2013), o país entra numa crise económica, financeira e cambial (Junho de 2014), que se prolonga até hoje.

O VALOR já estampou, entretanto, outros exemplos não mais criativos de saque do erário dentro da Sonangol. Os tais em que determinadas figuras acabavam beneficiadas com dividendos de participadas e subsidiárias da petrolífera pública, sem que alguma vez fizessem parte da estrutura formal de accionistas destas empresas. Isto para não men-

cionar a famigerada participação de negócio que, entre todas essas práticas, será, em termos éticos, objetivos e até legais, a mais tolerável, ainda que criminalizada. Por uma razão simples. Não é o mesmo que sucede com a venda multimilionária ao Estado de blocos petrolíferos oferecidos por este mesmo Estado. Muito menos é a história dos 'accionistas fantasmas' que recebem de empresas do Estado dezenas de milhões em dividendos, sem nunca terem investido um centavo. Em ambas as situações, o Estado não tem uma única compensação. Na participação económica, apesar de criminalizada, o Estado tem, pelo menos, a potencial contrapartida de beneficiar de serviços prestados.

Regressemos ao início. Depois de todos os escândalos já conhecidos e os que estão por revelar, que venham o Governo e o MPLA explicar a razão dos medos de uma auditoria externa e credível à Sonangol. Até lá, que não se questionem as dúvidas de quem não vê um combate genuíno às práticas que lesaram e lesam o Estado.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



MAURO MENDES,
líder do Grémio Juvenil de Angola

Que avaliação faz das políticas governamentais voltadas à juventude?

É negativa. A juventude não tem beneficiado nem um terço daquilo que é definido pelo Governo a seu favor, por isso temos visto, nos últimos tempos, insatisfação por parte dos jovens. Ainda que se definam políticas voltadas à juventude, normalmente, são destinadas a um grupo pequeno.

Onde mais há insuficiências?

Na auscultação. O Governo peca, porque não ausculta os jovens e, quando define as políticas, em nada beneficia directamente os jovens. Definem uma política diferente da necessidade dos jovens. Os representantes do Presidente têm sido um fiasco, não o representam condignamente e têm apresentado relatórios falsos.

A onda de manifestação é reflexo desta falta de diálogo?

A manifestação é consequência da má governação. O Presidente precisa de ter interlocutores válidos, jovens sérios como seus colaboradores para que tenham a capacidade de ouvir directamente o que os jovens precisam e transmitir ao Presidente. É necessário que o Presidente tenha a capacidade de sentar trimestral ou semestralmente com os jovens no sentido de encontrar, de forma conjunta, solução para os problemas que a juventude vive.

10 TERÇA-FEIRA

O Presidente João Lourenço critica quem está a tirar proveito político da actual situação mundial, “que não foi criada pela boa ou má actuação dos governos”, lembrando que as medidas adoptadas se destinam a salvar vidas.

11 QUARTA-FEIRA

Presidente da República inaugura, no âmbito das celebrações dos 45 anos da Independência nacional, o hotel nacionalizado Intercontinental, localizado no Miramar, em Luanda.

12 QUINTA-FEIRA

O Presidente da República declara que ainda há muito por se trabalhar a nível da diplomacia económica em Angola, à qual referiu ter prestado particular atenção desde que assumiu a Presidência, em 2017.



13 SEXTA-FEIRA

O ministro da Indústria e Comércio, Vítor Fernandes, defende a necessidade de as micro, pequenas e médias empresas começarem a instalar-se no Pólo industrial de Lucala, para impulsionar a transformação da produção agro-pecuária da região.



14 SÁBADO

A Sociedade Mineira de Catoca prevê produzir, até 2031, cerca de 104 milhões de quilates de diamantes, numa reserva aprovada de 138 milhões, de acordo com o seu director, Benedito Manuel.



15 DOMINGO

Dez startups estão seleccionadas para a final do concurso denominado ‘Startups do Turismo em Angola’, a ter lugar em Luanda, a 27 deste mês.



SEGUNDA-FEIRA

A Administração Geral Tributária (ATG) informa que não prevê, para o ano económico 2021, o agravamento da carga fiscal nas empresas de exploração de diamantes, aumentando as contribuições no Orçamento Geral do Estado (OGE) por meio dos impostos industriais e comerciais.

COTAÇÃO



PETRÓLEO A SUBIR...

O petróleo começou a semana no positivo, com a reunião entre a OPEP e aliados que discute possíveis apoios adicionais ao mercado em 2021. O Brent, referência nacional, teve ganhos de 2,64%, ao negociar as entregas para Janeiro a 43,91 dólares. Já o WTI negociou as entregas para Dezembro a 41,41 dólares, obtendo ganhos de 3,19%.



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

A notícia da eficácia da vacina contra a covid-19 da Moderna animou a bolsa europeia. O FTSEurofirst 300 obteve ganhos de 1,07%, ao registar 1.505 pontos. Já o pan-europeu STOXX 600 subiu 1,18% para 390 pontos. O índice Financial Times obteve ganhos de 1,66%, para 6.421,29 pontos e o DAX subiu 0,47%, para 13.138,61 pontos.

Economia/política

NAZAKI OIL & GAZ É QUEM MAIS GANHOU

Sonangol vendeu por menos de 400 milhões USD Bloco que comprou por mais de 3 mil milhões USD

INVESTIGAÇÃO. Depois de pagar cerca de 3 milhões de dólares à Nazaki Oil & Gaz por 15% do Bloco 21, Sonangol vendeu 80% deste mesmo Bloco à Total por uma "bagatela", segundo especialistas.



Por César Silveira

Um dos blocos petrolíferos envolvidos no escândalo da empresa do ex-vice-Presidente da República, e pelo qual a Sonangol pagou 3 mil milhões de dólares à Nazaki

entre 2012 e 2013, foi revendido pela petrolífera pública por menos de 400 milhões de dólares à Total, num negócio que incluiu um segundo bloco e que pode atingir os 750 milhões de dólares.

Trata-se do Bloco 21/09 que, juntamente com o Bloco 20, passaram para o controlo da petrolífera francesa, em Dezembro de 2019, depois de a Sonangol ter adquirido as participações da petrolífera Cobalt em

ambos os blocos, em Junho de 2018, por 500 milhões de dólares, encerrando um conflito que se arrastava na justiça arbitral há vários anos, em que a petrolífera norte-americana exigia um pagamento muito superior ao que acabou por receber (2,5 mil milhões de dólares).

Antes do acerto com a petrolífera norte-americana, a Sonangol havia, entretanto, desembolsado 3 mil milhões de dólares para adquirir os 15% que a Nazaki, de Manuel Vicente, detinha nos Blocos 21/09 e 9/09 e que lhe haviam sido cedidos a custo zero. Especialistas do sector explicam, entretanto, que os 3 mil milhões pagos a Manuel Vicente foram apenas pelo Bloco 21/09, uma vez que o Bloco 9/09 já era considerado, na altura, inviável.

NEGÓCIO 'ÀS ESCURAS'

Um despacho executivo de 2014 excluía a empresa de Manuel Vicente do grupo empreiteiro dos Blocos 21/09 e 9/09, por incumprimento dos "compromissos económicos e financeiros" e ainda porque havia demonstrado "não possuir os requisitos legais para ser associada da concessionária nacional".

Esta decisão do Governo acabaria por acontecer alguns dias depois de se tornar público que o regulador dos mercados financeiros norte-americano preparava um processo judicial relacionado com alegadas práticas de corrupção da petrolífera Cobalt em Angola no consórcio formado precisamente com a Nazaki Oil & Gaz.

Várias leituras observaram, entretanto, que o Governo foi forçado a retirar a Nazaki Oil & Gaz do consórcio para evitar constrangimentos judiciais com os Estados Unidos. Na altura, não se mencionou que a Sonangol pagaria pelas participações, sobretudo porque tinham sido cedidas à Nazaki Oil & Gaz a custo zero. No entanto, extractos bancários, citados agora pela Lusa, dão conta que a Sonangol pagou cerca de 3 mil milhões de dólares para a compra de 15% de um bloco (o Bloco 21, uma vez que o Bloco 9 era dado como inviável), que repassou agora à Total por menos de 400 milhões de dólares.

Na nova estrutura, a Total passou a deter 50% do Bloco 20 e 80% do Bloco 21, enquanto a Sonangol 20% no Bloco 20 e igual participação no Bloco 21.

SONANGOL 'OCULTA' O PAGAMENTO.

Por ocasião da assinatura do con-

trato com a Total, o PCA da Sonangol não mencionou o pagamento feito à Nazaki. Sebastião Martins referiu que as negociações levaram "bastante tempo" e que foram acertados os valores de modo a recuperar fundamentalmente o dispendido pela Sonangol com os dois blocos, cuja participação foi comprada à norte-americana Cobalt, não tendo feito qualquer referência ao pagamento à Nazaki. O VALOR procurou ter um esclarecimento da Sonangol, mas sem sucesso.

TOTAL PAGOU UMA "BAGATELA"

Especialistas ouvidas pelo VALOR consideram que a Total pagou uma "bagatela" pelo potencial do bloco, estimando que o activo valeria entre 6 e 10 mil milhões de dólares. "Se fosse vendido naquela altura em que o preço do petróleo estava a 70 dólares, que foi mais ou menos altura em que a Sonangol ficou com as participações da Nazaki, poderia vender-se sem problemas a 10 mil milhões, considerando o potencial do bloco, mas, aos preços actuais, o justo seria no mínimo 6 mil milhões", garantiu fonte familiar ao processo. No fundo, sublinha, "o valor pago pela Sonangol à Nazaki é justo, o injusto e o que se deve interrogar é porque é que a Sonangol tinha de pagar quando as participações foram dadas a custo zero".

O POTENCIAL DOS BLOCOS

Com 17 poços de pesquisa e avaliação já perfurados, os Blocos 20 e 21 abrangem várias descobertas, incluindo Cameia, Mavinga, Bicular, Lontra, Orca e Golfinho, em torno dos quais a Total e os seus parceiros irão concentrar os seus esforços para criar e valorizar um pólo de desenvolvimento.

O Bloco 20 está localizado na parte central do offshore da Bacia do Kwanza, com uma lâmina de água que varia entre os 300 e os 1.700 metros, enquanto o Bloco 21 se localiza na parte centro-sul também do offshore da mesma Bacia do Kwanza, com uma profundidade entre 1.400 e 1.800 metros.

Em termos de reservas, fazendo recurso aos dados da Cobalt, o Bloco 21 tem cerca de 2,5 mil milhões de barris e entre dois e quatro tcf de gás. Já o Bloco 20, cerca de três mil milhões de barris e 10 a 15 tcf de gás, sendo que o gás aparece como um valor adicional porque, quando foi adquirido pela Sonangol, o gás era um produto que não pertencia ao grupo empreiteiro.

MEMORIZE

- EM 2009, o Estado cede 15% dos Blocos 21/09 e 9/09 à Nazaki Oil & Gaz, a custo zero. Entretanto, entre 2012 e 2013, a Nazaki, associada a Manuel Vicente, vende as participações que lhe foram cedidas em ambos os blocos por 3 mil milhões de dólares à Sonangol. Em 2018, a Sonangol também adquire os 40% de participação da Cobalt nos Blocos 20 e 21 por 500 milhões USD. A Sonangol passou assim a deter 100% do Bloco 21. O que, significa que teve de desembolsar mais de 3 mil milhões USD por 55% das acções do Bloco (sendo 3 mil milhões pelos 15% da Nazaki e pelo metade dos 500 milhões pelos 40% da Cobalt). Em 2019, a Sonangol passa, entretanto, 80% desse mesmo Bloco para a Total por menos de 400 milhões USD.

135

MILHÕES DE KWANZAS é o valor reservado no OGE 2021 para encargos da Presidência da República com Presidentes e Vice - Presidentes Cessantes.

ACTUALIZAÇÃO DAS TABELAS

Governo coloca 14 produtos alimentares em preços livres

REGULAÇÃO. Nova lista de preços vigiados passa de 32 para 22 produtos. Propinas e emolumentos dos serviços de educação e ensino, bens médico-medicamentosos de prevenção e tratamento do coronavírus e testes da covid-19 passam a constar dos preços vigiados.



Por Isabel Dinis

O Governo retirou 14 produtos alimentares dos bens que faziam parte do regime dos preços vigiados, justificando a decisão com a “necessidade de se estabelecer a lista de produtos e ser-

viços sujeitos aos regimes” regulados e não regulados.

Entre os produtos que agora fazem parte dos preços livres, estão a batata rena, batata-doce, tomate, cebola, cenoura, pimento, repolho, alho, alface, mandioca, pão, banana, banana pão e laranja.

A lista dos preços vigiados era composta por 32 produtos e serviços desde Fevereiro de 2016. Passaram agora para 22 itens, apesar

da exclusão de 14 produtos, já que outros quatro foram incluídos, designadamente as propinas e emolumentos dos serviços de educação e ensino, bens médico-medicamentosos de prevenção e tratamento do coronavírus e testes da covid-19.

O decreto das Finanças que actualiza a tabela do regime de preços data de 30 de Outubro deste ano. É o mesmo documento que revoga a decisão de 2016, data a partir da

Produtos cujos preços passam a depender apenas de quem vende

FEVEREIRO 2016

Preços fixados

- LPG
- Petróleo iluminante
- Água canalizada
- Energia eléctrica
- Tarifas do transporte público colectivo urbano de passageiros

Preços vigiados

- Açúcar
- Arroz
- Carne
- Peixe
- Farinha de trigo
- Feijão
- Fuba de milho
- Fuba de mandioca
- Leite
- Massa alimentar
- Óleo alimentar
- Óleo de palma
- Sabão em barra
- Sal
- Batata
- Batata doce
- Tomate
- Cebola
- Cenoura
- Pimento
- Repolho
- Alho
- Alface
- Mandioca
- Pão
- Banana
- Banana pão
- Laranja
- Tarifas de passagem aéreas de passageiros e carga
- Tarifas de transporte rodoviário, marítimo, e ferroviário de passageiros e de cargas
- Tarifas de serviço de táxi e transporte colectivo de passageiros
- Tarifas portuárias, aeroportuárias, transporte, permissão e armazenamento de produtos inseridos nesta lista

OUTUBRO 2020

Preços fixados

- Água canalizada
- Energia eléctrica
- Serviços de saneamento de águas residuais
- Gás de petróleo liquefeito (LPG)
- Petróleo iluminante
- Tarifas de transporte público colectivo urbano de passageiros

Preços vigiados

- Açúcar
- Arroz
- Carne
- Peixe
- Farinha de trigo
- Feijão
- Fuba de milho
- Leite
- Massa alimentar
- Óleo alimentar
- Óleo de palma
- Sabão em barra
- Sal
- Água potável distribuída em sistemas
- JETA1
- Tarifas de passagem aéreas de passageiros e carga
- Tarifas de transporte rodoviário marítimo e ferroviário de passageiros e de cargas
- Tarifas de serviço de táxi e transporte colectivo urbano de passageiros
- Tarifas portuárias, aeroportuárias, transporte, permissão e armazenamento de produtos inseridos nesta lista
- Propinas e emolumentos dos serviços de educação e ensino
- Bens médico-medicamentosos de prevenção e tratamento do coronavírus
- Testes da covid-19

qual passaram a existir três regimes de preços: fixo, vigiado e livre.

O regime de preços fixos anteriormente abrangia cinco produtos e serviços: a LPG, petróleo iluminante, água canalizada, energia eléctrica e transporte público colectivo urbano de passageiros. Agora, com o novo decreto, foi acrescentado um novo: serviços de saneamento de águas residuais. A decisão de há quatro anos foi efectuada numa altura em que

o país já se encontrava mergulhado na crise económica e os preços de bens essenciais aumentavam todos os dias. Algumas superfícies comerciais começaram a ter produtos em falta e outras impuseram restrições de compra. A decisão de vigiar os preços constava de um decreto executivo do ministro das Finanças na altura, Armando Manuel. O decreto era aguardado desde 2011 para permitir a fiscalização da Polícia.

Economia/política



RESTRICÇÕES DO PRODESI

EUA, Rússia e União Europeia voltam a pressionar Angola

COMÉRCIO. Potências comerciais insistem que Angola está a violar as regras da OMC. Luanda insiste, no entanto, em restringir a importação de produtos. EUA avisam que a teimosia angolana coloca as relações dos dois países em risco.

Por Isabel Dinis

A União Europeia, a Rússia e os Estados Unidos voltaram a pressionar Angola a rever “urgentemente” o decreto presidencial que implementa o Programa da Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi), em vigor desde Janeiro de 2019.

Estes Estados, aos quais se somam o Brasil e o Canadá, contestam as restrições que Angola quer

implementar em 54 produtos. Numa reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu na quinta-feira passada, os membros insistiram que o decreto presidencial que dá bases ao Prodesi é “incompatível” com as regras da OMC, violando os artigos do GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio).

O decreto introduz restrições em certos produtos agrícolas e industriais, considerados prioritários para o consumo e produção de bens em Angola. Só os produtores locais e revendedores são autorizados a importar e os importadores têm de provar a falta de disponibilidade dos produtos no mercado

interno. A importação inclui a submissão de contratos de compra de produtos nacionais.

A União Europeia, na reunião, explicou que entende a intenção de Angola de diversificar a economia e de desenvolver a indústria, mas mantém “preocupações”, já levantadas anteriormente, porque o “decreto parece proteger as indústrias domésticas de forma a que possa ser bastante prejudicial aos investimentos estrangeiros em Angola”.

A Rússia entende que as medidas não se justificam com dois artigos do GATT, pelo que desafiou Angola a pôr essas medidas “em conformidade” com o acordo da OMC e a levantar as barreiras de importa-

ção aos produtos agrícolas.

A União Europeia, Rússia e EUA acreditam que Angola tem falhado na prestação de uma explicação de como a medida é “consistente” com as regras da OMC.

RELAÇÕES COM OS EUA AMEAÇADAS

O EUA, na reunião, chegou mesmo a referir que o decreto “tem potencial para comprometer as relações” com Angola. Os norte-americanos asseguram que, desde a implementação do decreto, têm recebido relatórios de “confusão” sobre a sua aplicabilidade e sobre os atrasos de produtos nas fronteiras. Os EUA sublinharam ainda que os exportadores

OS DEPUTADOS reúnem-se, amanhã, terça-feira, em sessão ordinária, para a discussão e aprovação, na generalidade, do OGE para 2021.



apropriadas”. Angola voltou a não ceder e insistiu em manter as declarações de Julho, em que contrariava as alegações da UE, Rússia e EUA. Para Luanda, o decreto não impunha nenhuma restrição à importação, disciplinava apenas as regras da cadeia comercial de bens.

Para Angola, o decreto define quem, entre as figuras de produtor, grossista, retalhista e consumidor, terá o direito de importar. O Governo lembrou que, no passado, o retalhista e o consumidor faziam parte da cadeia de importadores, atitude que era tida como correcta.

Em Setembro, o VALOR ECONÓMICO já tinha revelado as pressões destes países sobre Angola, com base em documentos internos que davam conta que o ministro do Comércio e Indústria recebera alertas de especialistas da casa com relatórios que explicam as “inconformidades” da medida e sugeriam os caminhos que o país devia seguir para proteger a produção nacional sem atropelar as regras da OMC, da qual Angola faz parte deste 1996.

No documento, o ministro Victor Fernandes foi alertado que o decreto sofre de “incongruências jurídico-técnicas” que tornam a sua aplicação “uma tarefa herculeana”. Segundo os alertas, se o Governo levasse por diante as restrições, causaria “efeitos negativos”, como o aumento de preços, “por causa da escassez nos mercados”, “ruptura nos ‘stocks’ de produtos da cesta básica”, “falência de empresas e despedimento dos trabalhadores” e ainda “outras consequências causadas pela escassez de produtos”.

Apesar disso, o Governo aprovou, recentemente, a restrição total da importação com recursos a divisas do tesouro nacional de alguns produtos, cuja capacidade já responde à necessidade de consumo do mercado nacional. As restrições destinam-se a alguns produtos como o massango, massambala, batata-doce, alho, cebola, cenoura, feijão, amendoim, tomate e água engarrafada.

Em comunicado, o Ministério do Comércio e Indústria garante que a medida está “devidamente alinhada aos instrutivos da OMC”. E que o objectivo é “incentivar e apoiar a produção nacional, sem prejuízo da importação do diferencial em falta ou de produtos e equipamentos cuja produção local não satisfaça a procura interna”.

O VE tentou ouvir o Ministério do Comércio e Indústria, mas, até ao fecho desta edição, não obteve resposta.

INSTITUIÇÃO CORRE RISCO DE FALÊNCIA

PGR investiga gestores da Universidade Jean Piaget

A Procuradoria-Geral da República (PGR) está a investigar a equipa de gestores portugueses da Universidade

Jean Piaget de Angola por haver indícios de branqueamento de capitais, fuga ao fisco e auxílio à imigração ilegal.

A investigação surge na sequência de uma denúncia pública efectuada pelo corpo docente e não docente daquela instituição do ensino superior, no passado dia 12 de Outubro.

Ao VALOR, uma fonte da instituição universitária adiantou que, na sexta-feira, 13, dois funcionários foram ouvidos pela PGR, na sequência da divulgação dos supostos esquemas de fuga ao fisco e da alegada retirada de capital de forma ilícita de Angola para Portugal.

Antes, Abraão Franco, o porta-voz do pessoal docente e não docente, foi ouvido nos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) pela denúncia de cidadãos portugueses a trabalhar na estrutura central da universidade sem qualquer visto de trabalho ou de permanência em território nacional. Segundo este representante dos funcionários,

o então homem das finanças, José Manuel da Costa Rocha, retirado do cargo em Outubro, após ameaça de paralisação de toda a actividade laboral, é o autor de desvios milionários da instituição. Enquanto exerceu o cargo, explica Abraão Franco, solicitou vários empréstimos bancários em nome da Universidade Jean Piaget, mas que se reverteram em seu benefício, tendo, por sua vez, causado uma “avultada dívida” que impediu outro empréstimo diante da banca no período de Estado de Emergência. O valor serviria, alegadamente, para pagar os salários em atraso.

FALÊNCIA À PORTA

Num e-mail a que o grupo de representantes teve acesso, a esposa do antigo responsável das finanças jura que o marido “nunca agiu sozinho”, ou seja, sem o consentimento do presidente da Associação Instituto Piaget de Angola (Aipa), António de Oliveira Cruz.

“Não há nada que o doutor Rocha tenha feito que não fosse consentido pelo doutor Cruz. Perguntem ao doutor Cruz, ele sabe para onde vai o dinheiro. Não foi o meu marido que roubou,” defende, deixando claro

que, pelo contrário, a instituição acumula uma “avultada dívida” para com o esposo. “Se o meu marido cobrar tudo o que a Piaget lhe deve, a universidade acaba”, avisa.

GREVE GERAL À VISTA

Os funcionários da Universidade Jean Piaget de Angola ameaçam partir para uma greve geral na próxima quarta-feira, 18, caso a entidade patronal não pague os salários em atraso desde Setembro do ano passado.

No grupo de reivindicadores, estão funcionários efectivos que têm a receber, cada um, mais de 1 milhão de kwanzas, enquanto, para os não efectivos, o valor chega a ser ainda mais elevado.

Abraão Franco esclarece ainda que, durante este tempo, os funcionários recebiam apenas uma espécie de ‘bónus’ que não corresponde sequer a 20% do salário.

Além do salário, entre as exigências, consta o reforço das medidas de biossegurança e a manutenção dos equipamentos de ar condicionado, por exemplo, que estão há anos sem qualquer manutenção.

Por Guilherme Francisco

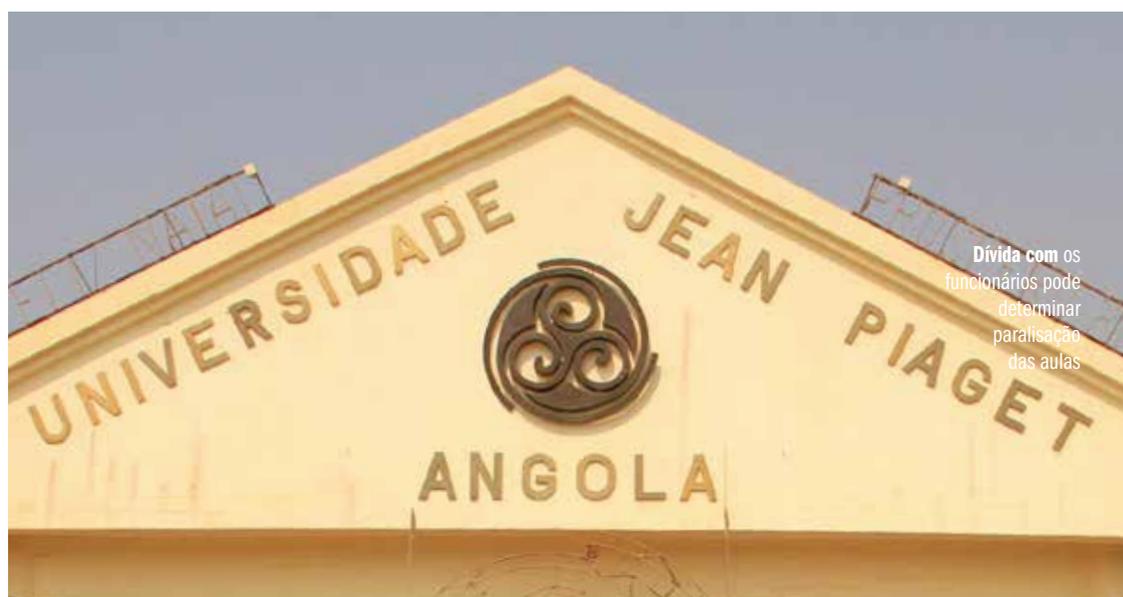
MEMORIZE

● **OS EUA** chegaram mesmo a referir que o decreto “tem potencial para comprometer as relações” com Angola. E asseguram que, desde a implementação do decreto, têm recebido relatórios de “confusão” sobre a sua aplicabilidade e sobre os atrasos de produtos nas fronteiras. Os EUA sublinharam ainda que os exportadores norte-americanos estão “preocupados” com os perecíveis por causa da “tanta incerteza”.

norte-americanos estão “preocupados” com os perecíveis por causa da “tanta incerteza” que o documento trouxe. Os norte-americanos aconselharam assim Angola a solicitar assistência técnica ao secretariado da OMC para notificar a “forma apropriada de aplicar qualquer medida comercial” tomada no âmbito do decreto e que continuasse os trabalhos com a embaixada em Luanda para evitar políticas “perturbadoras” do comércio.

ANGOLA INSISTE

Em Julho, Angola explicou que submeteu uma notificação em Setembro do ano passado, ainda assim os membros pediram “notificações



Dívida com os funcionários pode determinar paralisação das aulas

Mercados & Negócios



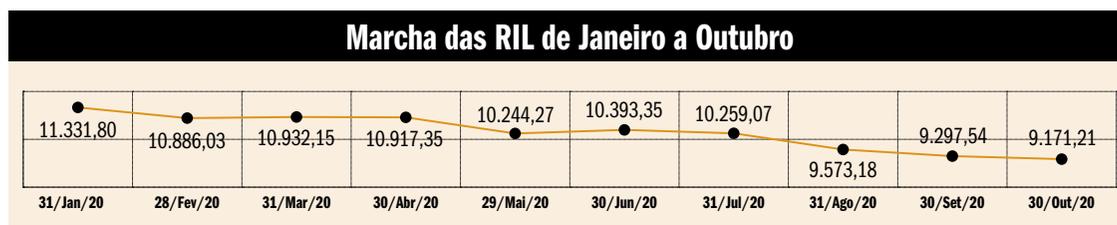
DESDE OUTUBRO DE 2017

Reservas Internacionais Líquidas já recuaram 40%

POUPANÇAS: Em três anos, Governo de João Lourenço ‘torrou’ 6 mil milhões de dólares dos recursos do BNA em contas internacionais. Números actualizados apontam para queda nos primeiros 10 meses deste ano e tendência de recuos mantém-se em Novembro.

Por Fernando Francisco

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) registaram uma redução de cerca de 21,6% ao passarem de 11.711,77 milhões de dólares, no início do ano, para 9.171,21 milhões de dólares a 30 de Outubro. Mas, se comparada a 30 de Outubro de 2017, início de governação de João Lourenço, período em que as RIL se fixavam nos 15.358



milhões de dólares, a queda acentua-se para cerca de 40%.

Em relação a 2020 e de acordo com os dados preliminares do Banco Nacional de Angola, nos primeiros 10 meses, apenas Março e Junho não registaram recuos, face aos meses precedentes.

Em final de Março, por exemplo, as RIL estavam avaliadas em 10.932,15 milhões de dólares como resultado de um aumento de 0,4%, face aos 10.886,03 milhões de dólares no final de Fevereiro. Já em Junho, ficou assinalada uma variação positiva de 1,4%

para fixar-se 10.393,35 milhões de dólares.

Desde então, regista-se uma tendência decrescente até se fixar nos 9.171,21 milhões de dólares no fim do mês passado, resultado de uma redução de 275,6 milhões de dólares, face a Setembro, quando as

reservas se situavam nos 9.573,18 milhões de dólares.

Há um ano, ou seja, a 30 de Outubro de 2019, as RIL situavam-se nos 10.210 milhões de dólares, enquanto, no mesmo período de 2018, se fixavam em cerca de 11.600 milhões de dólares.

NOVEMBRO MANTÉM TENDÊNCIA DECRESCENTE

A tendência decrescente das reservas que se regista desde o começo do ano manteve-se nos primeiros 13 dias de Novembro, estando abaixo dos 9 mil milhões, desde 9 de Novembro. A 13 do mês em curso, estavam fixadas em 8.842,64 milhões de dólares, o que, nos cálculos do BNA, garante uma cobertura de importações de 11,13 meses.

BNA JUSTIFICA ESCOLHA COM EXPERIÊNCIA

EMIS será único operador de pagamentos móveis

Entre as 53 entidades nacionais e internacionais que remeteram, em Abril deste ano, ao Banco Nacional de Angola (BNA), candidaturas para a implementação do Sistema de Transferências Móveis e Instantâneas (STMI), o regulador escolheu a Empresa Interbancária de Serviços (EMIS).

Em comunicado, o BNA justifica que a empresa é a que reúne “melhores condições” para ope-

rar a plataforma de interoperabilidade e a câmara de compensação. “Dada a sua capacidade técnica, experiência e conhecimento do mercado local”, acresceu.

O regulador refere que está a trabalhar com a EMIS e demais stakeholders do sistema de pagamentos para a conclusão, no próximo ano, da infra-estrutura do STMI. A entrada em funcionamento permitirá uma total intero-

perabilidade entre as sociedades prestadoras de serviços de pagamentos móveis e instantâneos, segundo o regulador.

A 20 de Outubro, o BNA autorizou a Unitel a prestar serviços de pagamentos móveis. Entretanto, adianta, estão sob análise vários processos de solicitação de licenças de prestador de serviços de pagamentos, provenientes de start-ups.



O PREÇO DA NET DESCEEEUU!

PLANOS NET BIMESTRAIS

~~— ANTES 20 GB / 31 DIAS —~~

AGORA NET 30 GB / 60 DIAS = 25.000Kz
envia **NET 30 GB** para **19107**

~~— ANTES 30 GB / 31 DIAS —~~

AGORA NET 50 GB / 60 DIAS = 35.000Kz
envia **NET 50 GB** para **19107**

Entra na Net a toda a velocidade.

www.unitel.ao

The UNITEL logo is located at the bottom right of the advertisement. It features a stylized purple 'U' followed by the word 'UNITEL' in white capital letters.

Entrevista

PEDRO CARLOS BEQUENGUE, PRESIDENTE DA CDOA

“Não podemos pensar em acabar com as importações no mundo globalizado”

A Câmara dos Despachantes Oficiais de Angola (CDOA) debate-se, há mais de uma década, por uma autonomia administrativa, que permita uma melhor gestão dos recursos técnicos e humanos disponíveis. O seu presidente afirma que o processo está ‘encalhado’ no Ministério das Finanças ou no da Justiça e dos Direitos Humanos. Mas o gestor também olha para as trocas comerciais e considera que “fechar o país às importações é um contrassenso”, já que a produção interna “ainda não satisfaz a demanda”.

Por Júlio Gomes

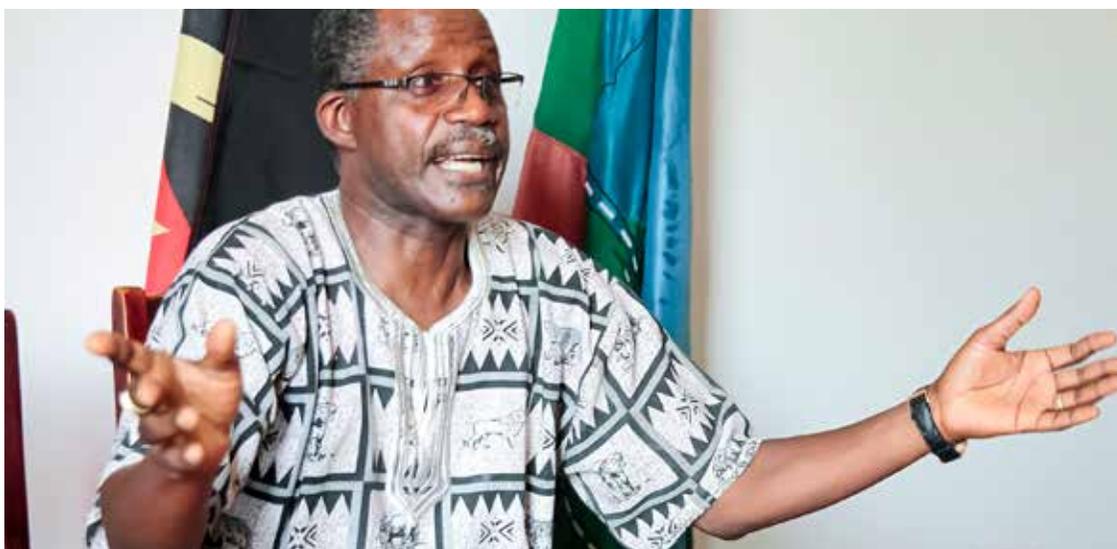
Qual é a necessidade de transformar a Câmara numa Ordem?

Com a transformação da Câmara numa

Ordem, a classe passará a usufruir da autonomia administrativa prevista na Lei de Base das Associações Públicas, permitindo uma gestão efectiva e independente dos nossos associados no aspecto funcional, organizacional e técnico. Olhando para o futuro, obrigará a melhor qualidade dos nossos associados, com maior controlo e poder de decisão sobre os seus actos.

Parece uma luta sem fim à vista? Digamos luta, no sentido de ambicionarmos um direito previsto na lei, que dignificará a classe, permitindo maior intervenção na sociedade em coordenação com o sector público, maior controlo e poder de decisão sobre os seus membros.

Mas quando acha que se poderá concretizar este objectivo?



A lei de Base das Associações Públicas está em vigor desde 14 de Janeiro de 2012. Desde então, temos mantido contacto com o órgão de tutela, através da Administração Geral Tributária (AGT). Aprovámos os novos estatutos em 2014 e remetemos para ser encaminhado para a aprovação em Conselho de Ministros. Tivemos os estatutos devolvidos por duas vezes para conformarmos alguns artigos com a Lei, o que foi feito. Nesta altura, sabemos que estará entre o Ministério das Finanças e o da Justiça e dos Direitos Humanos para ser reencaminhado para o Conselho

de Ministros. Por isso, o tempo para a concretização deste objectivo já não depende da Câmara e não podemos estimar algum horizonte temporal. No entanto, esperamos ver concretizado este objectivo brevemente.

Qual é o impacto da pandemia na vossa actividade?

O impacto da covid-19 é transversal a todas as actividades, com efeitos sociais e técnicos diferenciados em cada área. Devido ao desconhecimento sobre o comportamento do vírus, o alto índice de contágio e de letalidade, muitos países adoptaram políticas

de confinamento e viraram as suas economias para a produção interna, obrigando à diminuição das trocas comerciais, o que impactou negativamente na actividade comercial global e, por conseguinte, na nossa actividade.

E a nível, especificamente, da sua empresa?

O problema da crise arrasta-se já desde 2014. A covid-19 só veio acrescentar no caos. Em 2013, estava a liderar uma equipa de 31 colaboradores, reduzidos apenas para sete, neste momento. E se a pandemia se arrasta...

Vai despedir mais? Não terei outra saída.

Como olha para o futuro dos despachantes com a redução das importações?

Nenhum país do mundo se deve fechar às importações. Os Estados Unidos, por exemplo, são os maiores exportadores do mundo, mas, em contrapartida, também importam mais. As importações podem concorrer para a melhoria da qualidade da produção interna. Portanto, fechar o país às importações é um contrassenso, porque o país, por enquanto, não produz o suficiente.

Precisamos de maior entrosamento e cumprimento das normas, visando a melhoria do ambiente de negócios em Angola.

“Analisando os objectivos do programa do Governo que visa reduzir as importações e fomentar as exportações, sugerimos um equilíbrio para permitir o crescimento das exportações.”

Mas até onde vão os seus receios?
Os despachantes não actuam só na importação, mas também em outros regimes aduaneiros como a exportação. Por outro lado, não podemos pensar em acabar com as importações no mundo globalizado e interdependente em que estamos inseridos, com acordos internacionais a seguir.

O que isto quer dizer?

O que poderá acontecer é alterar a prioridade dos produtos de importação. Se ontem se importava o leite, agora, com a produção local, poderá importar-se a maquinaria para a produção do mesmo e, depois, as peças de manutenção, por aí adiante. Por isso, a figura do despachante está sempre salvaguardada, independentemente do modelo económico que se pretenda abraçar. A actividade do despachante está subjacente à prestação de serviços aduaneiros referentes às trocas comerciais.

De qualquer forma, o país tem dificuldade de concretizar o objectivo de redução das importações e aumento das exportações...

Analisando os objectivos do programa do Governo que visa reduzir as importações e fomentar as exportações, somos obrigados a sugerir um equilíbrio para permitir o crescimento harmonioso das exportações. A experiência comparativa global permite afirmar que o aumento sustentável das exportações depende das importações de insumos que permitem a qualidade e competitividade dos produtos a exportar.

Os 2% de cobrança dos honorários satisfazem as necessidades do despachante?

O valor de 2% dos honorários a que faz referência está expresso na última tabela de honorários, aprovada em 1992. Desde então, pela dinâmica da vida, tudo tem mudado na regulamentação dos intervenores da cadeia do comércio internacional. Ajustam-se taxas e emolumentos em outras áreas.

Mas é o valor ideal?

Apesar de os despachantes terem de lidar com o aumento do trabalho imputado da prestação de serviços, viram diminuído o valor da prestação de serviço, devido à concorrência do mercado, pelo que, a manutenção dos 2% dos honorários é o ideal neste contexto.

Os clientes geralmente consideram o custo do desembaraço aduaneiro no país muito elevado, não acha?

Os maiores custos na cadeia do comércio internacional não são os honorários dos despachantes. Pelo contrário, estes estão mais ajustados com a realidade objectiva dos serviços prestados. Actualmente, os despachantes, além do desembaraço aduaneiro, prestam consultoria especializada do ramo às empresas.

Em 2013, havia 332 despachantes oficiais. Hoje, é o mesmo número?

Com a aprovação do Código Aduaneiro, através da Lei 05/06 de 4 de Outubro de 2006, o número dos despachantes tem vindo a crescer de forma gradual. Em 2013, havia 235 despachantes, número que tem vindo a diminuir, devido a falecimentos. Hoje, a Câmara conta com 222 despachantes.

A presença do transitário interfere no vosso desempenho como se comenta?

Não incomoda de maneira nenhuma, apesar de haver transitários que não pautam pela deontologia e ética profissionais, previstas nos seus estatutos e tentam interferir na actividade ligada ao desembaraço aduaneiro. A actividade de transitário consiste na prestação de serviços de logística, expedição, recepção, armazenamento e transporte de carga. Para o efeito, são licenciados pelo Ministério dos Transportes e os despachantes pelo Ministério das Finanças.

A intenção de uma nova sede é um sonho permanentemente adiado?

O contexto económico actual só nos permite adiar este sonho. A

FÍSICO ‘EMPRESTADO’ AOS SERVIÇOS ADUANEIROS

Licenciado em Ciências Físicas pela Universidade de Goa, na Índia, em 1993, Pedro da Costa Bequengue, 55 anos, nasceu em Luanda. Depois da formação, de volta ao país, teve dificuldades de inserção laboral, tendo entrado, em 1999, no escritório do irmão, que já era, na altura, despachante oficial. “O problema em Angola é que se formam muitos quadros, que depois não são absorvidos, por incapacidade do mercado”, critica o despachante que defende políticas que promovam a empregabilidade de qualidade. É director executivo da Federação Internacional das Associações de Despachantes (IFCBA, no acrónimo em inglês) e perito do Conselho Superior Técnico Aduaneiro.

Os maiores custos na cadeia do comércio internacional não são os honorários dos despachantes.

nova sede está projectada para um edifício de 15 andares no espaço existente, com escritórios, área comercial, área de lazer e estacionamento subterrâneo.

Quanto custará?

Não é possível precisar o custo actual da obra por vários motivos de ordem técnica baseados na realidade da variação dos preços. Na altura em que pensámos implementar, por financiamento bancário, já vivíamos a crise financeira e os parceiros não aconselharam a prosseguir devido à depreciação do mercado imobiliário.

O que pensa sobre o combate à corrupção?

É a única saída para o renascer de uma nova Angola, desde que não se perca o foco de governação. Acima de tudo, o comprometimento patriótico e pensar o país antes de tudo. É um processo difícil que exige coragem e determinação das instituições vocacionadas a agir para fazerem cumprir as leis, com base no respeito, aplicação e utilização devida dos bens comuns.

Angola é um país economicamente adiado 45 anos depois da independência?

Por ser optimista, acredito nos objectivos do Prodesi, que são muito claros. Mas a implementação e a execução precisam constantemente de correcções pontuais, fazendo com que, com as experiências acumuladas do passado, o mercado caminhe e o Estado crie as condições macroeconómicas para o efeito.

Arrisca-se a prever o fim da crise?

A estagnação é global. Tirando a China, existe muita incerteza até

que se descubra uma vacina contra a covid-19. Mas, apesar disso, Angola está num processo de reajustamento da sua economia e precisamos de políticas consistentes na área não-petrolífera, para, num prazo de cinco anos, a economia do país voltar a crescer de forma sustentável.

O país aderiu ao Acordo de Facilitação do Comércio... Há resultados?

Angola ratificou vários acordos internacionais sobre o comércio, entre os quais o Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Apesar de estar já a ser implementado no país, não se sentem os efeitos na prática.

O escritório não funciona?

Está em funcionamento o Comité Nacional de Facilitação do Comércio, com a presença de todos os intervenores do comércio internacional. No entanto, continua a existir a produção avulsa de legislação sectorial que interfere, de forma negativa, no comércio internacional, criando mais burocracia e onerando o processo, contrariando os objectivos do acordo.

O que deve ser feito?

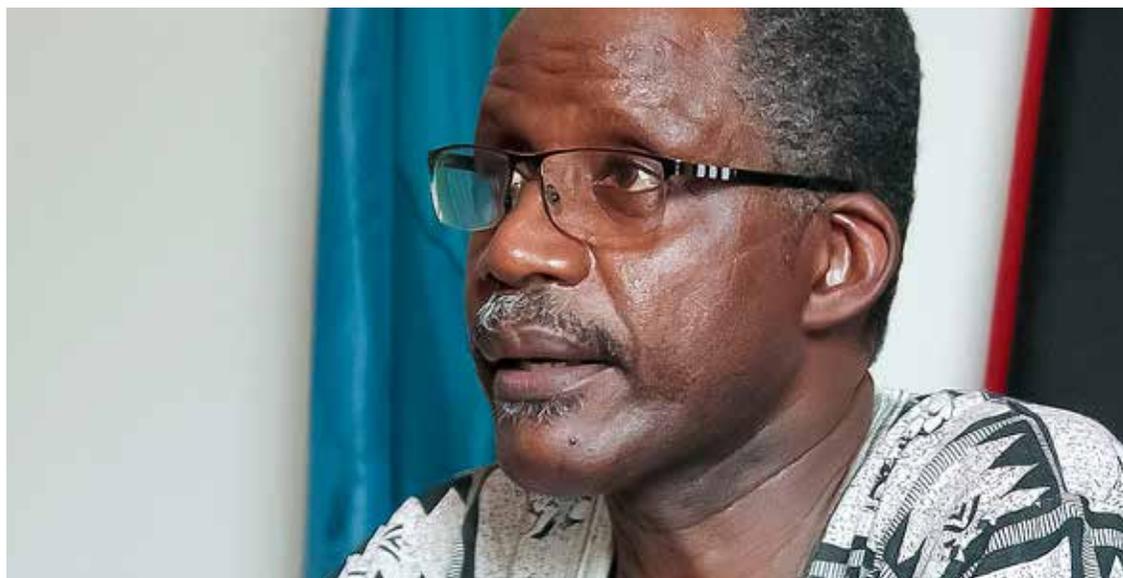
Precisamos de maior entrosamento e cumprimento das normas, visando a melhoria do ambiente de negócios em Angola.

As ideias dos despachantes são levadas em conta?

Os despachantes são a porta de entrada e de saída do comércio internacional. Interagimos dia-a-dia de forma individual com todos os sectores em defesa dos direitos dos contribuintes. De forma institucional, a Câmara, sempre que necessário, apresenta reclamações e sugestões sobre assuntos referentes à actividade, que são bem acolhidos pela fundamentação que apresentamos.

Como?

Temos a obrigação de analisar a legislação e anotar todas as acções que constroem a actividade, visando o cumprimento de normas em vigor e acordos internacionais ratificados, para tornar mais célere e, por conseguinte, menos onerosa a actividade comercial. São preocupações que temos levado a cabo junto da AGT.



Mário Mujinas © V.E.

DE JURE

O novo Código Penal melhorou significativamente as possibilidades de uma interpretação menos subjectiva



Albano Pedro,
jurista

O justo debate que inquieta no conteúdo do art.º 333.º, quando condena o ultraje a figura do Presidente da República e de órgãos de soberania, não é a possibilidade da sua inconstitucionalidade.

É perfeitamente admissível que o Presidente da República e outros agentes do Estado (a lei fala em órgãos de soberania) sejam protegidos contra ofensa ao seu bom-nome e outros direitos de personalidade através dos crimes de injúria e difamação.

Aliás, neste aspecto, o art.º 333.º é uma ‘redundância’, em termos normativos, já que qualifica em razão do sujeito os mesmos crimes de injúria e difamação que protegem a generalidade dos cidadãos também previstos no novo Código Penal.

Se um simples cidadão deve ser defendido de ver-se agredido na sua honra e dignidade como pessoa, porque não o seria o Presidente da República? Admitir que o Presidente da República não seja protegido é admitir uma estranha forma de ‘imunidade negativa’ na nossa ordem jurídica, que seria uma novidade no mundo actual e até nas ciências jurídicas. Já que ficaria difícil entender que todos os angolanos merecessem protecção menos o Presidente da República.

A polémica deste articulado está na probabilidade de ser interpretado extensivamente aos casos de caricaturas, dizeres, imagens e outros meios que revelem jocosamente o Presidente da República, como são, por exemplos, os desenhos do Sérgio Piçarra ou os comentários de faze-

dores de opinião ou jornalistas nas redes sociais ou na imprensa.

É um justo receio que decorre da falta de confiança nas nossas instituições judiciais e das provas de inversão dos factos arrolados que fartas vezes dão através de inúmeras sentenças que os tribunais proferem.

A propósito disso escrevi, há anos, um texto publicado no extinto ‘Semanário Angolense’, em que tratava dessa questão, na altura motivado pelo julgamento de Graça Campos, então director deste semanário, apelando, nas entrelinhas, para que não se incorresse no erro de interpretações extensivas de normas incriminatórias no seu caso quando foi levado a tribunal por ultraje ao então Presidente da República.

Na verdade, à luz do artigo 333.º, podem ser feitas imagens, desenhos e outros meios que ponham as pessoas a rir ou gozar com o Presidente da República, revelando as ‘borradas’ de governação. Mas só serão condenados aqueles em que se perceber que a intenção do agente foi mesmo injuriar ou difamar, que o agente teve uma atitude dolosa conducente à degradação da imagem do Presidente da República. Por isso a lei vigente apresenta uma frase sugestiva ‘Ultraje maldoso’ e a nova lei aperfeiçoa o conceito, manifestando o ‘Ultraje com intuito de ofender’. Neste aspecto, o novo Código Penal melhorou significativamente as possibilidades de uma interpretação menos subjectiva.

Portanto, não basta caracterizar o Presidente da República e pôr as pessoas a rir ou a gozar, é preciso que o autor da imagem tenha vontade de fazer mal à pessoa do Presidente da República, ofendendo-o intencionalmente, através dos meios que usou. O que, na verdade, não é fácil de ocorrer na mente de uma pessoa com uma educação razoável.

Exemplo de ultraje, nestes termos, seria a de um retrato nu e com

“Na verdade, à luz do artigo 333.º, podem ser feitas imagens, desenhos e outros meios que ponham as pessoas a rir ou gozar com o Presidente da República, revelando as ‘borradas’ de governação.”

niciação social com profissionais [seniores] de alguma deontologia profissional. Logo, seria uma imagem que causaria repulsa à maioria dos bons cidadãos.

Portanto, o art.º 333.º não se aplica aos comentários, imagens, sons ou palavras dirigidas ao Presidente da República que não contenham, claro, sinais de depravação moral. Ou seja, os ‘não malcriados’ não precisam de temer nada. Ainda assim, essa intenção de ofender deve ser efectivamente provada em tribunal caso o Presidente da República, por exemplo, entenda levar o seu agressor moral a julgamento.

Uma nota curiosa, a propósito da protecção dos direitos de personalidade do Presi-

dente da República, é que este tanto pode defender-se como Chefe de Estado, invocando o art.º 333.º quanto pode defender-se como cidadão invocando a protecção contra os crimes de injúria e difamação que protege qualquer um de nós, cidadãos. Tudo depende da qualidade em que for ofendido moralmente.

A única diferença qualitativa é que só como cidadão é que pode defender-se contra as falsas informações a seu respeito, já que o art.º 333.º não condena a calúnia. Trata-se de uma vantagem claramente favorável à liberdade de expressão de quem lida com a imagem do Presidente da República, que pode ser fundamentado num outro debate.

De resto, o uso da caricatura e de outros meios que levam a caracterizar jocosamente os governantes como veículos para ajudar a expurgar os maus hábitos sociais e os actos prejudiciais da governação é uma conquista constitucional a favor da liberdade de expressão que se deu com um julgamento famoso nos EUA num caso conhecido como ‘The People Versus Larry Flint’, em que o Suprema Corte de Justiça, em recurso, reconheceu que Larry Flint tinha razão de ter abusado do perfil moral de um líder religioso, muito conhecido na época, que se viu ultrajado pela publicação da sua imagem numa revista pornográfica.

A emenda constitucional que se seguiu à jurisprudência do caso acabou contagiando o modo de aplicar essa norma pelo resto do mundo.

[Isto] para dizer que o art.º 333.º do novo Código Penal se trata de um articulado que repesca, com as devidas adaptações, o conteúdo do art.º 25.º da Lei 23/10 – Lei dos crimes contra a segurança do Estado e que é razoável e atendível no contexto do novo Código Penal, sem prejuízo de outras questões periféricas que podem ser levantadas e discutidas.



UM FATO À MEDIDA QUE PODE SAIR CARO

Vantagens e desvantagens do 'private banking'

FINANÇAS. O banking privado ou banca personalizada tem vantagens óbvias para quem pode ter acesso a este serviço premium reservado a clientes com grandes depósitos. O valor em depósito que qualifica o cliente para o serviço de private banking varia de acordo com as directrizes das instituições sendo que há instituições só dedicadas ao serviço premium e outros bancos comerciais com departamentos dedicados aos clientes de alta liquidez e a prestar um serviço customizado, um fato à medida das necessidades do cliente. Mas o private banking não é sem as suas desvantagens, conheça os dois lados da moeda.

Por Redacção



VANTAGENS

Atenção especializada – O seu gestor no private será o seu contacto com o banco e vai conhecer as suas necessidades e o estatuto da sua conta, bem como vai poder aconselhá-lo sobre que movimentos fazer para a maximizar. O contacto é directo, não há filas e muitos gestores, dependendo do valor dos clientes, trabalharam fora de horas e fins-de-semana à distância de um telefonema.

Descontos e bónus – Muitos bancos neste segmento oferecem incentivos para fidelizar os clien-

tes mais valiosos, e esses incentivos variam desde descontos em taxas de reembolso para créditos ou restituição de taxas de conversão de divisas que beneficiam quem viaja muito ou mesmo ofertas de ingressos para eventos do interesse do cliente premium.

Apoio empresarial especializado – Se a sua conta for de empresa no private banking poderá ter direito a um gestor com especialização e capacitado para potenciar o seu negócio. O seu gestor personalizado poderá aconselhá-lo quanto a investimentos futuros e vantagens disponíveis para o seu ramo de negócio.



DESVANTAGENS

Baixo retorno em poupanças – O private banking requer depósitos chorudos em contas de poupança, no entanto muitas vezes paga taxas de juro mais baixas se comparadas a contas poupança da banca comercial clássica. Uma diferença de 0,1% pode não ser significativa para uma conta poupança regular, mas levar à perda de milhares se se tratar de uma conta de depósitos muito elevados. Antes de se mudar para o

private banking considere as vantagens que vai receber com descontos e bónus com o yield (ganhos gerados) que poderia receber em taxas de juro noutros bancos.

Custos de manutenção elevados – o private banking tem tipicamente custos de manutenção e gestão mais elevados do que a banca regular, particularmente se a instituição se direcciona só a este segmento e tem custos de estrutura que não pode



diluir noutros como a banca regular. Nem sempre os custos do fato à medida estão completamente visíveis e em muitos casos só através de uma comparação aturada entre instituições poderá poupar dinheiro. Antes de abrir uma conta com serviço especializado considere todos os custos, inclusive, os de oportunidade de ganhar mais com taxas ou pagar menos com custas de gestão.

Poucas dependências – Esta pode não ser uma desvantagem muito con-

siderável para quem está acostumado a trabalhar e usufruir de serviços à distância, mas a falta de dependências pode ser problemática para o cliente habituado a um serviço mais face a face com pouca intervenção tecnológica. O private banking não tem muitas dependências porque o serviço que oferece é destinado a poucos, sendo a aposta na presença física geralmente limitada a poucos balcões em cidades grandes com menor estrutura que a banca regular.

(In)formalizando

BANCO PODE AMPLIAR MICROCRÉDITO

Implementação do PAPE estimada em 7 mil milhões kz anuais



A implementação do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (Pape) está estimada, por via das políticas activas, em 7 mil milhões de kwanzas anuais. Mas o valor pode ser aumentado pelo Banco Sol, caso se cumpram os pressupostos exigidos pela unidade bancária, segundo Teresa Rodrigues Dias, ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS). Na primeira fase de imple-

mentação do projecto, lançado em Outubro do ano passado, explica a governante, foram concedidos aproximadamente, a título de microcrédito, a cada empreendedor, mil dólares. O valor permitiu conceder kits de diversas áreas profissionais e microcréditos a 500 jovens empreendedores de Luanda, Uíge, Kuando-Kubango e Moxico.

O agravamento da crise económica, influenciado pela pandemia, frustrou, entretanto, o número de jovens que o projecto pretendia beneficiar, de acordo com a leitura oficial. Os 250 mil potenciais candidatos a

empreendedores, até ao próximo ano, acabaram reduzidos para 83 mil, pouco mais de 33%.

Agora, espera-se que, em Dezembro, o projecto faça abranger os jovens do Bié e Namibe. Para já, estão a identificar-se os potenciais candidatos formados pelo Inefop e pelos centros de formação do MAPTSS. E, de modo a facilitar a digitalização dos empreendedores, foi lançada a plataforma de venda de produtos e serviços, denominada E-Bumba, que vai ligar os beneficiários do programa e não só, directamente com os potenciais clientes espalhados pelo país.



VENCEDORA DO SEEDSTARS LUANDA

Startup angolana entre as melhores da SADC

A plataforma Sónia está a concorrer com outras de diferentes ramos de actuação, hospedadas na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para representar a região no concurso mundial, a ter lugar no final deste mês, no formato online, devido à pandemia da covid-19.

A startup, a explorar o e-commerce, poderá ganhar 50 mil dólares se conquistar um dos 10 primeiros lugares na região. Já ao representar o continente afri-

cano no Seedstars World, tem a probabilidade de ganhar 500 mil dólares, se for considerada vencedora pelo colectivo de júris.

O CEO da plataforma, Augusto Firmino, refere que o maior desejo é, através do Seedstars, projectar a internacionalização da marca e aproveitar ao máximo o conhecimento fornecido pela organização aos empreendedores finalistas.

Considerada a melhor startup de Angola entre 90 concorrentes, a Sónia é uma plataforma que permite a duas ou mais pessoas interessadas na aquisição de determinado produto, vendido a grosso, partilharem o custo.

COOPERAÇÃO ENTRE MEP E MINJUD

20 mil empreendedores formalizados até 2022

Os ministérios da Economia e Planeamento e da Juventude e Desportos, através do Instituto Angolano da Juventude (IAJ) e o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem), assinaram um protocolo de cooperação que visa munir os empreendedores com

conhecimentos ligados à gestão e contabilidade, de modo a facilitar a criação de cooperativas, o acesso ao microcrédito e a formalização da actividade.

Segundo Jofre dos Santos, director do IAJ, a parceria permitirá colocar, nos próximos dois anos, no mercado formal,

20 mil empreendedores que actuam na informalidade e desprovidos de ferramentas fundamentais para o crescimento do negócio. Explica, entretanto, que os empreendedores iniciantes que apresentam dificuldades na execução da ideia serão agregados à incubadora

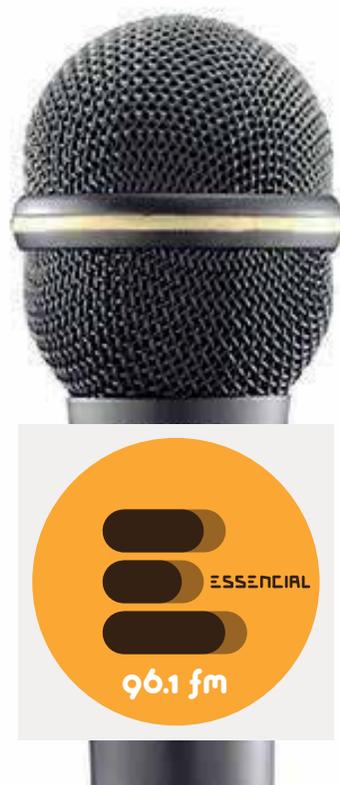
afecta ao Inapem até que consigam gerir o próprio negócio de forma autónoma.

Os jovens empreendedores interessados deverão inscrever-se nos centros do Inapem e nas Casas da Juventude espalhadas pelo país, onde vão decorrer as acções de capacitação.



O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

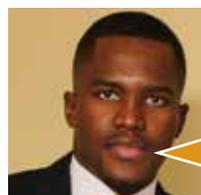
Trabalhamos com multicaixa



A auditoria contínua enquanto ferramenta de gestão e impulsionador tecnológico



Nuno Abrantes,
Senior Manager
EY, Business
Consulting
Services



Leonel Fonseca,
Senior EY,
Business
Consulting
Services

contribuindo, deste modo, para a execução plena da Função de AI, nos termos do art. 17.º do Aviso nº 02/2013, de 22 de Março, do BNA sobre o Controlo Interno.

A 'auditoria contínua' caracteriza-se pela execução de actividades de auditoria de forma constante e com monitorização centralizada, constituindo uma modalidade de acompanhamento das instituições cuja importância anda (ou deveria andar) de mãos dadas com o nível de digitalização da actividade. Estas auditorias são geralmente orientadas por tecnologia e concebidas para automatizar a identificação de tendências e potenciais desvios face àquilo que seria expectável.

Dito de outro modo, os sistemas de auditoria contínua devem ser capazes de produzir alertas que forneçam avisos sobre anomalias e potenciais erros. Por exemplo, o sistema valida, de forma automática, a informação (i.e. relatórios) que apresente indícios de inconformidade com as normas e procedimentos da instituição, identificando e reportando as referidas inconformidades.

A implementação de processos e mecanismos de auditoria contínua, assentes em soluções tecnológicas ajustadas às necessidades da instituição, permite um controlo mais rigoroso, tempestivo e automatizado, potenciando a libertação de recursos para outras iniciativas. Deste modo, a auditoria contínua emerge não só como uma 'ferramenta de gestão', mas também como um impulsiona-

ador de novas tecnologias e tendências com o foco na automatização e acompanhamento de processos de modo a mitigar falhas operacionais, erros e até mesmo fraudes.

Se é verdade que a auditoria contínua apresenta desafios, como, por exemplo, os custos iniciais com a implementação de sistemas, também não é menos verdade que se apresenta como factor diferenciador e vantagem competitiva da Função de Auditoria Interna dentro e para a instituição, na medida em que permite uma maior cobertura, flexibilidade e tempestividade na (1) identificação e revisão dos riscos e, consequentemente, actualização do plano de auditoria, (2) actuação tempestiva junto das áreas, nomeadamente dos balcões, para a resolução de problemas e reforço contínuo do ambiente de controlo interno, (3) comunicação aos órgãos de gestão e de fiscalização, (4) construção de pilares sustentáveis no processo de tomada de decisão e (5) libertação de recursos humanos para actividades que exijam espírito crítico e julgamento.

A auditoria contínua vem-se assumindo como um mecanismo de acompanhamento contínuo que reforça a capacidade de assurance (3.ª Linha de Defesa) e cuja eficácia e eficiência podem ser maximizadas através de ferramentas de data analytics, inteligência artificial (AI), machine learning e business intelligence (BI) enquanto drivers de optimização de recursos e aumento do valor aportado para a instituição.

O aumento da complexidade das operações, produtos e serviços financeiros, oferecidos pelas instituições bancárias, exige uma presença cada vez mais activa da função de auditoria interna. Esta exigência, aliada a recursos limitados, demonstra a urgência da ocorrência de uma transformação do papel de auditoria interna (AI).

A crescente digitalização dos modelos de negócio tem impulsionado a adopção de abordagens de auditoria contínua nas instituições enquanto ferramenta de gestão. Esta 'onda digital' propicia a avaliação contínua dos processos e controlos internos frequentes, à medida que propõe a libertação de recursos humanos para actividades do plano de auditoria que exijam espírito crítico e julgamento,

“As taxas de juros dificilmente são o único impulsor das taxas de câmbio; outros factores, como desequilíbrios comerciais e risco, também são importantes.”

Calmaria antes da tempestade das taxas de câmbio



Kenneth Rogoff, professor de Economia e Políticas Públicas na Universidade de Harvard e economista do FMI entre 2001 e 2003

Com activos alternativos como ouro e Bitcoin a prosperarem durante a pandemia, alguns economistas importantes prevêem uma acentuada queda do dólar. Isso ainda pode acontecer. Mas, até agora, apesar da inconsistente gestão da pandemia pelos EUA, bem como os gastos a gerarem um gigantesco défice usado para abrandamento da catástrofe económica e da flexibilização monetária que o presidente da Fed (Reserva Federal), Jerome Powell, garante ter "ultrapassado muitas linhas vermelhas", as taxas de câmbio do dólar têm estado assustadoramente calmas. Até mesmo o drama eleitoral não causou muito impacto. Os comerciantes e jornalistas podem estar preocupados com as dificuldades diárias do dólar, mas, para aqueles que estudam as tendências das taxas de câmbio a longo prazo, as reacções, até agora, significam muito barulho por nada.

O euro valorizou-se cerca de 6% em relação ao dólar até agora em 2020, mas isso não é nada em comparação às variações durante a crise financeira de 2008, quando o dólar flutuou entre 1,58 e 1,07 em relação ao euro. Da mesma forma, a taxa de câmbio iene-dólar tem mudado muito pouco durante a pandemia, mas variou entre 90 e 123 ienes por dólar na Grande Recessão. E um largo índice da taxa de câmbio do



dólar em relação a todos os parceiros comerciais dos EUA está actualmente próximo ao nível atingido em meados de Fevereiro.

Essa estabilidade é surpreendente, uma vez que a volatilidade da taxa de câmbio normalmente aumenta de maneira significativa durante as recessões nos EUA. A resposta silenciosa das taxas básicas de câmbio tem sido um dos maiores quebra-cabeças macroeconómicos da pandemia.

Economistas sabem, há décadas, que explicar os movimentos da moeda é extremamente difícil. No entanto, a suposição esmagadora é que, no ambiente de maior incerteza macroeconómica global que a maioria de nós já viu, as taxas de câmbio deveriam estar a mudar violentamente. Quando uma segunda onda da covid-19 surpreendeu a Europa, o euro caiu apenas alguns pontos percentuais – uma gota no oceano em termos de volatilidade dos preços dos activos. As negociações de estímulo fiscal nos EUA valem num dia e não valem no outro. Embora a incerteza elei-

toral dos EUA esteja a caminhar para uma solução, outras grandes batalhas políticas estão por vir. Até agora, porém, qualquer reacção da taxa de câmbio tem sido relativamente pequena.

Ninguém sabe ao certo o que pode manter os movimentos da moeda sob controlo. As possíveis explicações incluem choques comuns, generosa provisão da Fed de linhas de 'swap' em dólares e enormes reacções fiscais dos governos em todo o mundo. Mas a razão mais plausível é a paralisia da política monetária convencional. As taxas de juros da política de todos os principais bancos centrais estão no limite inferior (em torno de zero) ou perto dele, e os principais analistas acreditam que lá permanecerão por muitos anos, mesmo num cenário optimista de crescimento.

Se não fosse pelo limite inferior próximo de zero, a maioria dos bancos centrais estaria agora a estabelecer taxas de juros bem abaixo de zero, digamos, em menos 3–4%. Isso indica que, mesmo com melho-

rias na economia, pode levar muito tempo até que os criadores de políticas estejam dispostos a 'descolar' do zero e a aumentar as taxas para um território positivo.

As taxas de juros dificilmente são o único impulsor das taxas de câmbio; outros factores, como desequilíbrios comerciais e risco, também são importantes. E, é claro, os bancos centrais estão envolvidos em várias actividades parafiscais, como a flexibilização quantitativa. Mas, com as taxas de juros basicamente congeladas, talvez a maior fonte de incerteza tenha desaparecido. Na verdade, a volatilidade central da taxa de câmbio estava a diminuir muito antes da pandemia, especialmente porque todos os bancos centrais contornaram o limite zero. A covid-19, desde então, vem consolidando essas taxas de juros ultra-baixas.

Mas a actual estagnação não vai durar para sempre. Controlando as taxas de inflação relativas, o valor real de um índice amplo do dólar tem apresentado tendência de alta por quase uma década e, em algum

ponto, provavelmente irá reverter parcialmente essa média (como aconteceu no início dos anos 2000). A segunda onda do vírus atingiu a Europa com mais força do que nos EUA, mas esse padrão pode ser revertido em breve com o início do inverno, principalmente se o interregno pós-eleitoral dos EUA paralisar a política macroeconómica e a saúde. E embora os EUA ainda tenham uma enorme capacidade para fornecer auxílio em tragédias, tão necessário para trabalhadores e pequenas empresas duramente atingidas, a crescente parcela da dívida pública e corporativa dos EUA, nos mercados globais, sugere fragilidades de longo prazo.

Simplificando, há uma fundamental inconsistência no longo prazo entre uma parcela cada vez maior da dívida dos EUA nos mercados mundiais e uma parcela cada vez menor da produção dos EUA na economia global. (O Fundo Monetário Internacional espera que a economia chinesa seja 10% maior no final de 2021 do que era no final de 2019). Um problema paralelo acabou por levar ao colapso do sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton-Woods do pós-guerra, uma década depois que o economista da Universidade de Yale, Robert Triffin, o identificou pela primeira vez no início dos anos 1960.

No curto e a médio prazo, o dólar certamente poderia subir mais – especialmente se novas ondas da covid-19 'stressarem' os mercados financeiros e desencadarem uma fuga para a segurança. Deixando de lado a incerteza da taxa de câmbio, a esmagadora probabilidade é de que o dólar ainda será 'rei' em 2030. Mas vale a pena lembrar que traumas económicos como os que estamos a viver, frequentemente, se revelam como dolorosos pontos de inflexão.

Opiniões

Angola pode cair na armadilha da pobreza



João SHANG,
Investigador
de Kwenda
Instituto

A guerra civil de 27 anos em Angola terminou em 2002, muitas são as pessoas que sofreram e que viram o alvo-

recer da paz. Posteriormente, o Governo começou a reconstruir a estrutura económica e social do País.

Nos últimos 18 anos, o Governo angolano e o povo tiveram ganhos e perdas: por um lado, ganharam o rápido desenvolvimento do país em estradas, pontes, redes de energia, água potável, nova centralidade; por outro lado, tiveram que enfrentar o aumento considerável da Dívida Externa.

Em 2019, o PIB anual de Angola foi de 94,635 mil milhões de dólares americanos, uma diminuição de mais de 35% em comparação com o maior PIB de 145,712 mil milhões de dólares americanos em 2014. A principal razão para a queda acentuada do PIB é a enorme queda nos preços internacionais do petróleo. A queda da receita fiscal nacional trouxe problemas económicos, sociais e de subsistência. Do ponto de vista do crescimento do PIB, de 2014 a 2019, a receita fiscal de Angola diminuiu ano após ano. Nos próximos três anos, se o Governo angolano não tomar medidas eficazes de estímulo à economia, o crescimento económico pode estagnar e ou cair.

O AJUSTE DA ESTRUTURA ECONÓMICA INTERNA DO PAÍS É MUITO IMPORTANTE

As questões da estrutura económica de Angola são a estrutura industrial, a estrutura de distribuição da renda e a estrutura do comércio e importação. Quase todos os economistas

sabem que Angola tem sofrido com a 'Doença Holandesa'. A dependência de longo prazo das exportações de petróleo conduziu a uma estrutura económica unipolar, fraca capacidade de inovação independente e dependência excessiva da economia externa. Desde 2014, o Governo percebeu que o desenvolvimento económico do país é demasiado unitário e deveria adotar a diversificação da economia, defendendo o desenvolvimento da indústria transformadora, da agricultura, da pesca e da pecuária.

Nos anos seguintes, o Governo angolano investiu quantias avultadas para a construção de grandes fazendas nas províncias de Malange, Uíge e Huambo, ao mesmo tempo que começaram a ser concluídos parques industriais em muitas das principais cidades.

A indústria e a agricultura floresceram rapidamente com o apoio de fundos governamentais, mas não receberam frutos. A razão para apenas florescer, mas não frutificar é que o controle do Governo sobre a indústria não é bom, a pesquisa da indústria não é suficiente e, ao mesmo tempo, não se mobilizou activamente o investimento privado para participar. Portanto, quando as finanças do Governo estão em crise, as mencionadas indústrias estatais e de desenvolvimento agrícola flutuam ou mesmo estagnam. Um modelo de desenvolvimento económico saudável deve ser o desenvolvimento do país e da economia privada no mesmo caminho. O Governo deve apoiar vigorosamente a entrada da economia privada no processo de formulação de políticas e modelos de desenvolvimento económico. É o caso de muitos países africanos (África do Sul, Quênia, Zimbábue, Nigéria, Namíbia) para incentivar o desenvolvimento de empresas privadas.

Quando as finanças nacionais e o desenvolvimento económico das empresas privadas nacionais encontram problemas, o Governo deve



considerar a introdução de investimento estrangeiro. Angola é um país rico em recursos naturais e o desenvolvimento da pesca e da agricultura começou a ganhar forma, mas, para além da indústria diamantífera controlada pela Europa, que pode proporcionar receitas fiscais ao Governo, estão pouco desenvolvidos outros mercados de mineração de metais e pedras preciosas. Por exemplo, a mineração de minas de metais básicos carece de capital e tecnologia, mas, mesmo neste dilema, a política mineira de Angola ainda está em desvantagem em relação às políticas de outros países africanos. A política de mineração do Congo tem mais vantagens do que Angola e, portanto, atrai um grande número de empresas de mineração europeias e asiáticas. A indústria de mineração fornece quase 10 mil milhões em receitas para o governo da RDC, respondendo por 30% do PIB do país.

Além da política de mineração, também precisam ser melhoradas

as medidas e a política na indústria do turismo. Comparado com o desenvolvimento da agricultura, indústria e mineração, o turismo tornou-se um pilar da indústria em muitos países.

O turismo transfronteiriço tornou-se o produto turístico mais popular para os povos modernos. Por exemplo, África do Sul, Namíbia, Quênia, Tanzânia, Zimbábue e outros países têm instalações e políticas de turismo muito melhores do que Angola. A chegada de turistas estrangeiros garante divisas directas, aumenta a oferta de divisas domésticas e, ao mesmo tempo, cria empregos para os locais. Nos últimos anos, a indústria do turismo da Namíbia alcançou um rápido desenvolvimento. Com instalações de hotel e serviço relativamente sólidas, atraiu um grande número de turistas da Europa, Ásia e Américas. Só em 2018-2019, o número de turistas chineses que foram à Namíbia para o turismo de formatura chegou a 8 mil. E qual é a razão pela qual

os turistas estrangeiros ficam felizes em ir à Namíbia? Além da bela paisagem, a política de entrada é muito conveniente, o visto de turista em papel é emitido em sete dias. O turista pode entrar no país directamente com o visto, evitando o problema da longa espera no aeroporto com o visto electrónico (E-visto para entrada no Aeroporto de Luanda, o tempo médio por pessoa precisa os 30 minutos).

Portanto, ao implementar a diversificação económica, o Governo deve melhorar as políticas e medidas em vários sectores e implementar as medidas em vigor. Não basta o Governo simplesmente apostar em 'slogans', é preciso adotar políticas eficazes.

A ESTABILIDADE SOCIAL ENFRENTA UM GRANDE TESTE

A pandemia da covid-19 trará mais problemas para os países que têm seus próprios problemas económicos e sociais. A partir de 2018, o Banco Nacional de Angola passou a adotar um sistema de taxa de câmbio flutuante. Posteriormente, o kwanza sofreu uma forte desvalorização. Nos últimos dois anos, o kwanza, face ao dólar americano, desvalorizou-se mais de 58%, o que causou directamente a inflação local. Os preços das necessidades diárias e dos alimentos aumentaram 40% e os preços de alguns bens importados aumentaram mais de 60%. A subida dos preços tem afectado a vida das populações de baixa renda. Ao mesmo tempo, quando os empresários estrangeiros não conseguem obter divisas através dos canais formais, os seus lucros operacionais também diminuem fortemente com a desvalorização do kwanza. Por isso, muitos empresários estrangeiros optam por deixar Angola e ir para outros países africanos.

Oficialmente, a taxa de desemprego para os locais é de 35%, enquanto o resultado anunciado de forma privada é muito superior ao dado anterior. Os aumentos de longo prazo dos desempregos e dos preços dos alimentos levam directamente à intensificação dos conflitos sociais, especialmente ao aumento acentuado dos conflitos entre o sector privado e o Governo, o que afecta directamente a estabilidade social. Portanto, as principais razões para as manifestações dos jovens nos últimos meses são a pobreza, a falta de comida e de desemprego. Muitos jovens têm dúvidas sobre as políticas actuais do Estado e a capacidade de governar do partido no

“A clareza de linguagem dos líderes é instrumental particularmente em períodos de crise.”

poder. Se o Governo não resolver o problema do trabalho, é fácil cair na “Armadilha da Pobreza”. E, se cair na Armadilha da Pobreza, será difícil livrar-se da pobreza no longo prazo e isso aumentará a instabilidade social.

ABANDONE A XENOFOBIA E INTRODUZA UMA POLÍTICA ABERTA

No futuro, o Governo angolano precisa de reforma e abertura e aprender com as vantagens das políticas dos países vizinhos. Por exemplo, as políticas de turismo da Namíbia e do Quênia, as políticas de mineração da República Democrática do Congo, Nigéria e Tanzânia e as ideias de política de desenvolvimento económico da Etiópia. No entanto, deve ser enfatizado aqui que só pode aprender as suas reformas e não copiar as políticas de outros países porque só existe uma Angola neste mundo. Toda a formulação e implementação de políticas deve ter com base a situação angolana, ou seja, encontrar um caminho de desenvolvimento com “características angolanas”. Por exemplo, o governo vietnamita emitiu uma nova versão da ‘Lei do Investimento Estrangeiro’ para atrair investimento estrangeiro. As empresas estrangeiras, se investirem e construírem fábricas em parques industriais no Vietnam, podem ser isentas do imposto de renda corporativo por cinco anos. Embora o governo não tenha recebido imposto de renda corporativo em cinco anos, as empresas estrangeiras fornecem um grande quantidade de empregos locais e pagam as taxas de importação e exportação ao governo.

E porque a economia nacional está com problemas, o Governo angolano precisa adoptar medidas de reforma e aberturas; o povo precisa de trabalhar junto com o Governo para resolver os problemas existentes, em vez de resolvê-los de forma violenta. Quando o Governo não consegue fornecer emprego, o trabalho autónomo e a descoberta de novas oportunidades de negócios são a única saída da pobreza. Caso contrário, as pessoas que estão na base sempre estarão na Armadilha da pobreza.

*Armadilha da pobreza: refere-se ao pobre que não tem o que comer, que está com fome e o corpo está fraco. A eficiência no trabalho é muito baixa, não pode receber educação para melhorar o seu ambiente de vida, o que o torna muito pobre e o ciclo continua.

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

U ma p a s s a - deira para lugar nenhum, interrompida a meio da estrada por um canteiro de plantas ali colocadas para ficar bonito, e que acaba fazendo o peão correr o risco de ser atropelado... A imagem, entretanto já corrigida, era da frente do hotel inaugurado pelo Presidente da República no dia da Dipanda e parece a alegoria perfeita daquela expressão que o nosso também comandante em chefe, um chefe que adora parábolas, usou num discurso há algum tempo em que disse que “o apressado come cru” ou outro em que disse que “só Jesus Cristo fazia milagres”.

Mas provavelmente mais alegórico, mais simbólico da contramão com a realidade em que vai o governo é o inaugurar de uma unidade hoteleira de luxo numa altura que já bateu todos os records históricos de queda de ocupação a nível mundial.

O turismo é dos sectores mais que mais sofre com a pandemia, com estimativas da Forbes por exemplo a apontar para perdas acima de um trilhão de dólares americanos, nada menos que 12 zeros. Mas aqui, que o turismo já era decadente, em que as principais unidades hoteleiras já lutavam pela sobrevivência com uma média de ocupação em torno dos 40 por cento antes do covid (a maioria menos do que isso), é aqui que é boa altura para inaugurar uma unidade hoteleira de luxo.

Aqui ao lado, na África do Sul uma estimativa de junho deste ano apontava para o fecho permanente de perto de 30% das unidades hoteleiras do país onde o sector contribuía no ano passado perto de 30 mil milhões de USD para o PIB (cerca de 8,6%).



Portugal é um mercado com um turismo robusto em que o sector antes do covid contribuía cerca com quase 20% do PIB (mais de 45 mil milhões de USD) e tem agora centenas de unidades hoteleiras a fechar, sem ter data para reabertura. Mas é aqui, num país em que o turismo andava em torno dos 3% do PIB antes da covid, (com cerca de 40 milhões de USD) que o PR em estado de calamidade acha que é boa altura para inaugurar unidades hoteleiras de luxo. E não satisfeito com isso o chefe das parábolas, numa altura em que o sector a nível internacional estima a perda de empregos em torno dos 100 milhões de postos de trabalho, decide que é oportuno num país com mais de 60% de desemprego entre os jovens, prometer com a inauguração, 900 empregos para jovens. Numa Angola em que os jovens estão tão desesperados por emprego que arriscam a vida a protestar na rua por melhores condições de vida. E nada menos do que 900 empregos, quando as maiores

unidades hoteleiras de luxo em Portugal, e que atingem 100% da ocupação (com cerca de 300 quartos), empregam em torno de 300 pessoas. É verdade que a nova unidade em Luanda tem 377 quartos mas as contas que levam a 900 empregos continuam a parecer longínquas se não mesmo utópicas.

Naturalmente, no dia seguinte ao anúncio gerou-se um ajuntamento de jovens esperançados, de currículo na mão a pedir um dos 900 empregos anunciados pelo presidente. E agora pergunto eu, prometeu 500 mil empregos e autárquicas, mas continua a falar em números de sonho? Que parábola é indicada para que o chefe perceba o impacto prático das suas próprias palavras? O peixe morre pela boca? Havia necessidade de dar esperanças falsas a jovens desesperados? Quem e que actividade é que vai pagar os salários que o presidente prometeu desta vez? Quase não há viagens, o turismo anda a zeros, e a ter despesas com pagamento de salários e manuten-

ção de estrutura sem receita, quem vai absorver esse prejuízo para que o chefe tenha uma fita para cortar? A administração do hotel já se viu obrigada a vir esclarecer que os 900 empregos são uma meta gradual, quando a demanda assim o justificar e o projecto já estiver em pleno funcionamento. O que a avaliar pela realidade do nosso turismo, e pela ocupação dos outros hotéis de luxo da capital vai demorar. Vai demorar bastaste.

São estas contas confusas que fazem com que circulem na net piadas a dizer aos portugueses “voltem só foi um equívoco”, 45 anos depois. É que até os poucos postos de trabalho que a inauguração em dia da Dipanda criou, foram preenchidos em agosto, para desilusão adicional dos jovens à porta de currículo na mão em busca dos 900 empregos do presidente (das parábolas e metáforas)...

A clareza de linguagem dos líderes é instrumental particularmente em períodos de crise. E falar em metáforas e parábolas que deixam sempre demasiado espaço a interpretações é receita para o desastre frequentemente.

O presidente conseguiu ser claro quanto a lamentar a detenção de jornalistas credenciados, mas não foi claro na condenação da violência policial e o resultado, desta vez foi não haver jornalistas detidos, mas registar-se o costumeiro excesso de violência policial contra os manifestantes, resultando numa morte. E o que custa a compreender é a ausência dessa instrução clara. Não se matam cidadãos como se fossem cabritos só porque se pode. Não se mata um jovem que reivindica emprego, que reivindica o que lhe foi prometido pelos líderes do país. A actuação musculada da polícia é espelho do posicionamento musculado do presidente e do seu governo. E como a constituição torna o presidente todo poderoso, também o torna todo responsável por esta morte perfeitamente aberrante. Impõem-se as devidas desculpas sentidas à família que perdeu o jovem. E mais reformas sérias do que fitas para cortar só para a fotografia.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Sérgio Santos, ministro da Economia e Planeamento

No final do mês passado o VE publicou as declarações do ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos que deixava o recado aos jovens que protestam contra a falta de emprego e apontava o caminho do campo e do agronegócio como alternativa.

Na página do VE no Facebook as discussões foram animadas com argumentos contra e a favor das declarações do ministro.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Sessa Carvalho

Agricultura é a base fundamental dum país, tem toda a razão. Os jovens querem emprego e não trabalho, por incrível que pareça, e é no campo que se faz dinheiro



Hetiandro Magalhães

Quero ver mandar o filho dele



Heráclito Sebastião Pindi Filipe

Agora nós vamos no campo, nós que pagamos impostos??? Vocês gastam sozinhos?



Divaldo Cruz

E os maus ministros???



Marinela Matos Flora

E fez muito bem! Cambada de desocupados que só quer lavar os carros e cobrar para guardá-los, ou vender quinquilharia na rua. A cidade não consegue alimentar todos, tem que se produzir alimentos sim senhor. Pôde-se fazê-lo até na varanda dos prédios, zona verde, fundo do quintal. Hortas urbanas são uma tendência internacional. Pequenas criações de galinhas, codornas, peixes são possíveis e rentáveis.



Alexandra Simeão

E em que lavra o jovem desempregado da Maianga, Cazenga ou de qualquer outro sítio urbano, vai trabalhar?



João Fernando

Alexandra Simeão

Tem emprego nas Fazendas agrícolas e um salário para começar a vida



Alexandra Simeão

João Fernando quais fazendas? Qual é a fonte que se baseia para fazer essa afirmação João? Onde estão os estudos/ relatórios/dados do Sr. Ministro que mostram os empregos agrícolas disponíveis nas fazendas? E com um salário de 25 a 30 mil kz como é que o jovem começa a vida? Ou vamos criar um exército de novos escravos que é o que está a acontecer com a população rural?



João Fernando

Alexandra Simeão

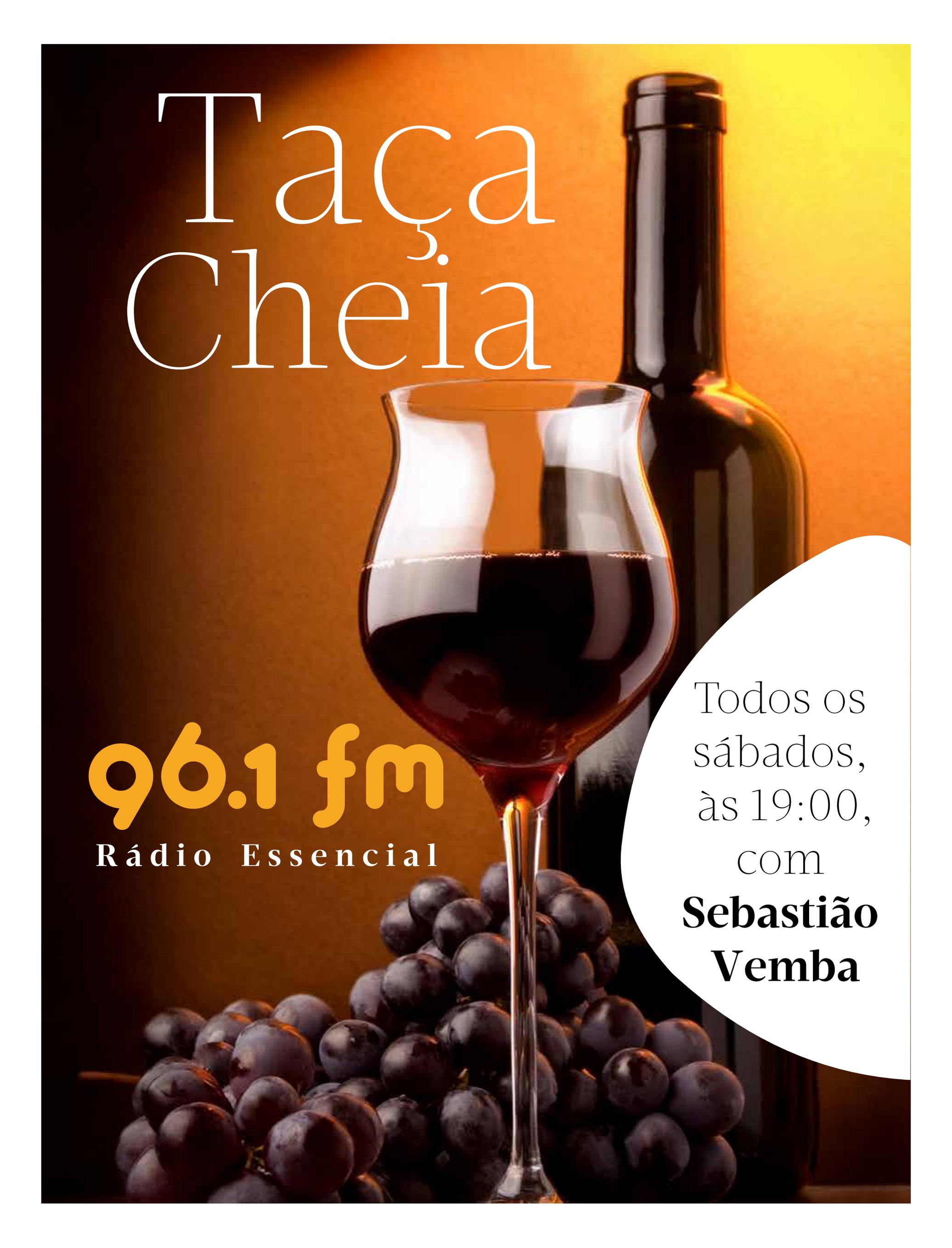
Todos nós temos culpa no cartório. Quando se estava a saquear o país muitos desses manifestantes usufruíam de viagens e estadia pagas no exterior do país. Porque não se manifestavam? Ou a pobreza em Angola data de Setembro 2017? Muitos viveram na Europa às nossas custas, nós aqui a travar a guerra, hoje vêm na pele de patriotas? Muitos desses que hoje dizem ser da S.Civil pertenceram ao GURN. O que fizeram para erradicar a fome? Ou só lutaram para melhorar as suas condições de vida? E agora vêm escondidos por trás dos iletrados para fazer vandalismo? Se nesse dia estivesse de serviço, teria oportunidade de prender o NE num flagrante delito...



Alexandra Simeão

Para erradicar a fome eu criei o PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR no GURN, sem nunca ter tido um orçamento para o efeito, mas foi feito com o apoio internacional. Por isso João Fernando não somos todos culpados. Em Angola o MPLA gosta de dividir a culpa mas nunca o vimos dividir a glória da riqueza. Ainda hoje ninguém sabe para onde está a ir o dinheiro que o Estado resgatou a pessoas tidas como corruptas. Este processo devia ser transparente. Não basta dizer que o Estado recuperou quase 5 mil milhões de USD. É imperativo sabermos como vai ser gasto é que benefícios vai trazer para o povo empobrecido em todos os sentidos. O fortalecimento da democracia faz-se com transparência e políticas públicas que resolvam os problemas de forma definitiva. O nosso maior drama é que não temos problemas novos. Temos os MESMOS problemas há 45 anos. Por isso é dever de quem governa melhorar o seu desempenho. Ninguém nem nenhum partido é obrigado a concorrer às eleições. Por isso aprendam a responsabilizarem-se pelos erros (e são muitos) que cometem mesmo quando muita gente (que não é nem nunca foi inimiga da paz) avisa para o erro que estão a cometer e ninguém corrige a rota. É uma vergonha dizer que os jovens angolanos não têm criatividade. O povo não se lamenta. O povo levantou-se e inventou novas formas de sobrevivência para poder fazer uma refeição por dia. A honestidade e a humildade são como a água benta, mesmo em excesso nunca fez mal a ninguém.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

APÓS CONTACTO COM INFECTADO

Boris Johnson em quarentena

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, está em quarentena após entrar em contacto com uma pessoa infectada pelo novo coronavírus.

Boris Johnson garantiu hoje que se está a sentir “muito bem”, depois de adoecer gravemente com covid-19 em Abril. Numa mensagem de vídeo divulgada no Twitter, a partir do apartamento em Downing Street em Londres, Johnson disse que estava a sentir-se “muito bem”.

O primeiro-ministro sublinhou que é preciso seguir as recomendações das autoridades de saúde e cumprir o isolamento profilático, mesmo já tendo estado doente com covid-19 e estando “cheio de anticorpos”. “Precisamos de impedir a propagação da doença e uma das maneiras de fazer isso é ficar em quarentena por 14 dias quando contactados pelo sistema de detecção e rastreamento de casos”, explicou no Twitter. O líder conservador britânico foi

contactado pelo serviço de detecção e rastreamento de casos de SARS-CoV-2 da saúde pública britânica e o organismo pediu-lhe para permanecer isolado depois de ter entrado em contacto com alguém que testou positivo para o vírus, disse um porta-voz de Downing Street, sede do executivo britânico, na noite de domingo.

Boris Johnson confirmou, na noite de domingo, no Twitter, que tinha sido notificado pelos serviços de saúde, não tinha sintomas e que iria seguir os protocolos de quarentena.

Johnson encontrou-se com um pequeno grupo de parlamentares na manhã de quinta-feira em Downing Street, incluindo Lee Anderson, que, mais tarde, desenvolveu os sintomas e testou positivo. A exigência de quarentena vem no início de uma semana crucial para o governo conservador de Johnson, que inclui discussões sobre um acordo comercial pós-Brexit com a União Europeia.



GUINÉ-BISSAU

Escolas “sem condições” de biossegurança

O presidente em exercício do Sindicato de Professores da Guiné-Bissau (Sinaprof), Domingos Carvalho, revelou que as escolas do país estão a funcionar “sem condições” de segurança, tendo em conta a pandemia provocada pelo novo coronavírus. Segundo Domingos Carvalho, “as aulas estão a funcionar numa situação um “pouco complicada”, porque a maioria das escolas “não têm condições de segurança”, tendo em conta a pandemia que invadiu o mundo”.

O líder sindical falava aos jornalistas após uma audiência com o presidente guineense, Umaro Sissoco Embaló. “Não há condições e, no passado, quando o governo estava a falar da abertura do ano lectivo prometeu todas as condições, mas, infelizmente, a verdade é que, quando as aulas se iniciaram não constatámos essa realidade”, lamentou.

COOPERAÇÃO

Médicos chineses regressam à China

Uma equipa constituída por dez médicos chineses regressou à China depois de ter estado no país a apoiar no combate à pandemia da covid-19.

Os médicos regressaram à província de Hubei, no centro da China, onde foram registados os primeiros casos de covid-19, em Dezembro do ano passado.

Os especialistas estiveram 25 dias no Lesoto e em Angola, onde ajudaram médicos locais a combater a covid-19, segundo a agência noticiosa oficial Xinhua.

A equipa é composta por médicos de Hubei, que lutaram na linha da frente contra a covid-19, no primeiro trimestre deste ano, quando aquela província foi colocada sob quarentena, com entradas e saídas interdidas. A missão de apoio foi organizada pela Comissão Nacional de Saúde da China.

Os médicos são especializados em áreas como medicina respiratória, cuidados intensivos, doenças infecciosas, medicina tradicional chinesa e controlo de infecções, detalhou a Xinhua.



VACINA CHINESA

Bolsonaro recua e admite comprar Coronavac

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, admitiu a possibilidade de adquirir a Coronavac, potencial vacina chinesa contra a covid-19, recuando na sua posição anterior, quando vetou a compra do imunizante por parte do governo.

Segundo Bolsonaro, “quem vai decidir sobre a vacina é o Ministério da Saúde e a Anvisa [Agência Nacional de

Vigilância Sanitária, órgão regulador]”.

“Havendo a vacina comprovada, vamos fazer uma compra. Mas não é comprar no preço que o caboclo quer. Vamos querer uma planilha de custos e eu quero saber se o país [China] usou a vacina lá. E, no que depender de mim, não será obrigatória”, disse Bolsonaro, na transmissão semanal no Facebook.

A declaração do chefe de Estado representa um recuo no posicionamento que vem adoptando desde Outubro, ocasião em que frisou que não compraria a “vacina chinesa”, obrigando o Ministério da Saúde a recuar na intenção de compra de 46 milhões de doses do imunizante.

Apesar de ainda se encontrar na terceira fase de testes, a vacina já está a ser alvo de

Mil

PEDIDOS DE CRÉDITO foram registados, nos últimos sete dias (de 03 a 10), no âmbito das Medidas do Alívio Económico, situando as solicitações no equivalente a 734 milhões de kwanzas.



MEDICAMENTOS NA EUROPA

Agência espera distribuição de vacina em Janeiro

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) espera dar um parecer favorável sobre uma primeira vacina contra o novo coronavírus “até ao final do ano” para ser distribuída “a partir de Janeiro”, disse hoje o seu director.

Segundo o director da Agência Europeia de Medicamentos (EMA), Guido Rasi, “se os dados forem sólidos, podemos dar luz verde para a primeira vacina até ao final do ano e começar a distribuição a partir de Janeiro”, disse numa entrevista hoje publicada no jornal italiano ‘Il Sole 24 Ore’.

Este organismo é responsável pela autorização e controlo dos medicamentos na União Europeia (UE), sendo que a luz verde final dada pela Comissão Europeia permite aos laborató-

rios comercializar os medicamentos em toda a UE.

A EMA, que espera que seis ou sete diferentes vacinas estejam disponíveis em 2021, recebeu na sexta-feira “os primeiros dados clínicos da Pfizer sobre a vacina”, afirmou Guido Rasi. O director da EMA descreveu ainda que receberam “os dados pré-clínicos da AstraZeneca, de ensaios em animais, que já estão a ser avaliados” e que, por último, tiveram “várias conversas com a Moderna”.

Com a colocação da vacina no mercado em Janeiro, os primeiros efeitos ao nível de conter a disseminação do vírus “serão visíveis em cinco a seis meses, principalmente no próximo verão”, explicou, lembrando que, obviamente, “não será possível imunizar todas as pessoas”.

REAGENTES EXPIRADOS

Laboratório do Uíge impedido de fazer teste Elisa

O laboratório de Biologia Molecular do Uíge, recentemente inaugurado, está impossibilitado de realizar testes Elisa pelo facto de a empresa BGI, líder mundial em diagnóstico e equipamentos de biologia molecular e análises serológicas, encarregada pela sua montagem e abastecimento, ter fornecido reagentes com prazo de validade vencido.

Segundo Rogério Diemba, responsável pelo laboratório, desde a entrada em funcionamento, a 27 de Outubro passado, que se têm feito apenas testes de RT-PCR, pelo que pede às autoridades de saúde o envio urgente de reagentes.

Outra condicionante para a realização de testes, segundo explica, é a fraca capacidade de internet instalada, visto que os equipamentos tecnológicos requerem actualizações frequentes.

Além do Uíge, o laboratório é responsável pelo processamento das amostras provenientes do Kwanza-Norte, Malanje e Bengo.

A empresa BGI está encarregada pela construção dos quatro laboratórios de biologia molecular, nomeadamente em Luanda, Uíge, Huambo e Lunda-Norte (por construir), cada um avaliado em 7,5 milhões de dólares.



EM ALGUMAS ILHAS

Cabo-Verde prorroga estado de calamidade

As ilhas cabo-verdianas de Santiago e do Fogo vão continuar em estado de calamidade, devido à covid-19, pelo menos até 14 de Dezembro, conforme resolução aprovada pelo governo.

Além de manter o estado de calamidade nas duas ilhas, actualmente mais afectadas pela pandemia, a resolução prorroga, também por 30 dias, o estado de contingência nas restantes ilhas cabo-verdianas, mantendo o quadro de restrições e medidas que entraram em vigor a 1 de Novembro. “Volvidos 15 dias, as razões de fundo que haviam levado a que o governo decretasse a situação de calamidade nas ilhas de Santiago e do Fogo ainda se mantêm, pelo que se entende dever prorrogá-la nessas duas ilhas, assim como prorrogar a situação de contingência nas demais ilhas do arquipélago, para que se garanta a manutenção das medidas de prevenção e contenção que se verificam pertinentes na presente conjuntura, com fundamento na necessidade de minimizar os riscos de transmissão da infecção”, lê-se na resolução.

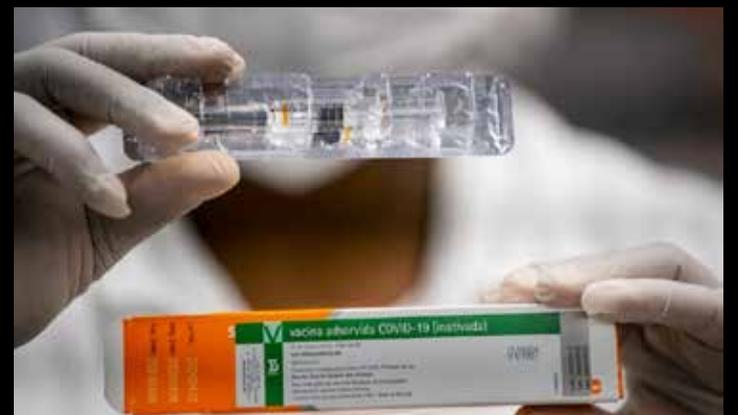
O actual estado de calamidade nas duas ilhas, que concentram a grande maioria dos casos activos de covid-19 no arquipélago, tinha sido prorrogado – mas com o desagravamento de várias medidas restritivas - no final de Outubro por mais 15 dias, até às 23:59 de 14 de Novembro, voltando agora a ser prorrogado.

uma forte disputa política no Brasil.

A Coronavac está a ser testada no país sul-americano através de uma parceria entre a farmacêutica chinesa Sinovac e as autoridades do estado de São Paulo, cujo governador, João Doria, se tornou um dos adversários mais ferrenhos de Bolsonaro no campo conservador.

A 20 de Outubro, o minis-

tro da Saúde, Eduardo Pazuello, anunciou a intenção do governo central de comprar 46 milhões de doses da fórmula chinesa. Porém, algumas horas após o anúncio, Bolsonaro desautorizou o seu ministro, através das redes sociais, e vetou a compra da Coronavac, argumentando que o imunizante ainda nem sequer tinha superado a fase de testes clínicos.



Marcas & Estilos



Objectos com significado Um gole e nada mais!

As roupas da loja da Altar transformam a visão numa bela curadoria e em constante mudança. A fabricante está sempre com foco nas histórias que fazem parte dos seus trabalhos. O lema é 'objectos com significado' porque acreditam haver histórias únicas por trás de cada peça.



Catapulte bolas amarradas nessas mini-xícaras no conforto da sua cadeira nesta versão de mesa original do jogo favorito de festas. Com o Beer Pong, chega de complicações, perseguições ou derrama-mentos! Um gole e nada mais.



AUTOMÓVEL

Uma fera e nada mais

Mais um fabricante de luxo rende-se. Desta vez foi a Genesis Motor, divisão premium do grupo Hyundai. A marca não esperou muito para liberar as primeiras imagens oficiais do GV80. O topo de linha é um modelo de grande porte, que oferece espaço para sete ocupantes, com três filas de bancos. É derivado do G80, que mede 3 metros de distância entre-eixos, enquanto um desportivo do porte de um Jeep Compass, por exemplo, tem 2,6 metros. O V do nome vem de versatilidade e é o que identifica o modelo dentro da linha.

AGENDA

LUANDA

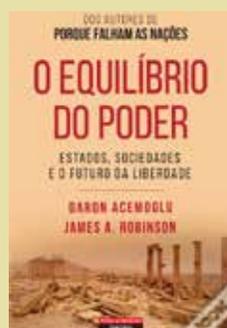
ATÉ 20 DE NOVEMBRO

O fotógrafo angolano Mauro Sérgio inaugura, a exposição 'CaDespedida', na Galeria Tamar Golan às 18 horas. A mostra vai ficar disponível até dia 20 de Novembro e poderá ser visitada de segunda a Sexta-feira entre às 9 e 17 horas.

19 E 20 DE NOVEMBRO

1.º Congresso Angolano de Direito Bancário, no hotel Trópico com transmissão em directo no zoom, às 14 horas. Inscrições a partir do 915854786 e 929 307035

LIVROS



DOS AUTORES do bestseller internacional Porque Falham as Nações, uma nova obra crucial que responde à pergunta 'porque floresce a liberdade em alguns Estados, mas é presa do autoritarismo e da anarquia noutros?' e que nos explica como podemos preservar a liberdade, apesar das novas ameaças que pesam sobre ela.



O PRESTIGIADO JORNALISTA

Philip Coggan revisita 10 mil anos de história económica e mergulha o leitor no fascinante progresso humano. Do desenvolvimento do comércio e da indústria às evoluções do pensamento económico, desde os primórdios da civilização até aos dias de hoje, nada é deixado de fora.



TURISMO

Célebre, chique e perfumada

A ilha de Capri, situada no mar Tirreno, é conhecida pelo charme e beleza naturais e conta com dois municípios: Capri e Anacapri. E ainda dois portos: Marina Piccola e Marina Grande. Um cheiro delicioso domina as ruas, isto porque a ilha abriga há mais de 600 anos duas fábricas de perfumes que aproveitam as flores típicas, o limão e a laranja para extrair as essências. Nas vielas, além do aroma, há uma abundância de boutiques de marcas internacionais, lojas, ateliês, galerias e mercados de fruta.

Entre os pratos tradicionais estão os ravioli de Capri recheados com parmesão, caciotta seca e manjerona.

O hotel Villa Brunella dispõe de um jardim com uma piscina exterior. Alguns quartos proporcionam vista para o mar.

Educação & Tecnologia

VÍDEO-CONFERÊNCIA NAS CADEIAS

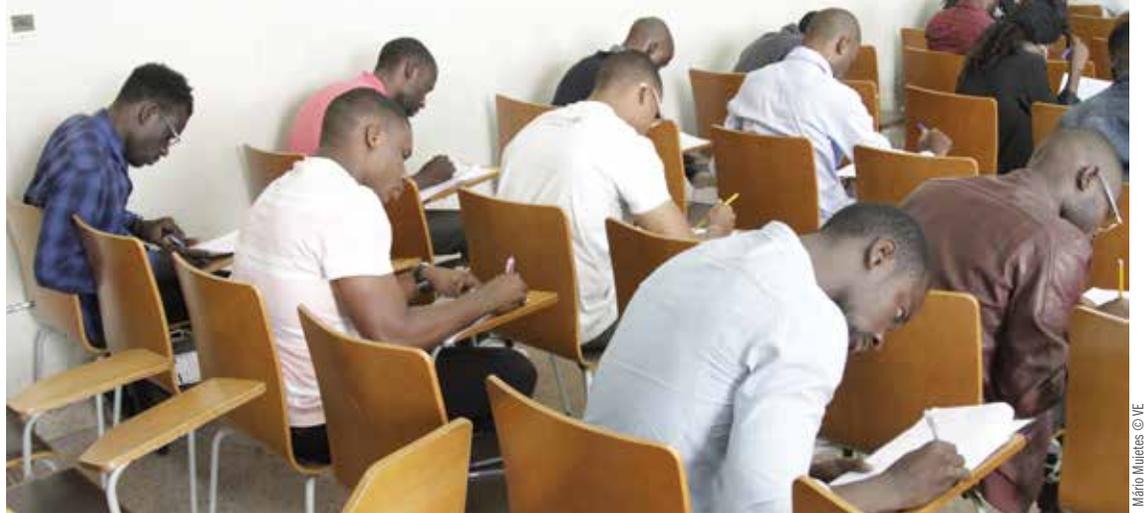
UCAN lança 'Parlatório Virtual'

A Universidade Católica de Angola (Ucan), lançou, na passada semana, em Luanda, através do Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito (CDHC) o projecto 'Uma palavra, um abraço Virtual – Parlatório Virtual'. A iniciativa, que conta com a parceria dos Serviços Penitenciários e o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), prevê criar salas de vídeo-conferência nos estabelecimentos penitenciários, para permitir contacto dos reclusos com familiares e advogados, no contexto da pandemia da covid-19. Com o 'Parlatório Virtual', o CDHC e parceiros pretendem garantir o direito fundamental e humano de contacto dos detidos com os familiares. É assim que, doravante, os familiares dos reclusos de todo o país poderão solicitar visitas virtuais, por meio das quais poderão interagir com o parente internado no estabelecimento penitenciário. Sem custos directos para o Estado angolano, o curso é o primeiro integrado para

agentes penitenciários e visa formá-los para o uso das novas tecnologias. Na primeira fase, até Dezembro, deverão ser formados perto de 80 agentes de cadeias de Luanda. Segundo o director e coordenador do centro, Wilson de Almeida Adão, o projecto insere-se no compromisso de defesa dos direitos humanos em Angola e na responsabilidade social da Ucan, marcando assim "o início da revolução digital dentro do sistema penitenciário em Angola". Wilson Adão acredita que o projecto terá utilidade no pós-covid-19, por se tratar de um meio em que os reclusos podem ter visitas virtuais, consultas jurídicas (e outras) e facilitar o trabalho dos advogados. O projecto 'Uma Palavra, Um Abraço Virtual' prevê inaugurar, até 24 deste mês, os primeiros 'Parlatórios Virtuais'. O ponto de partida está previsto para a ala feminina e masculina da prisão de Viana e, depois, poderão estender-se para os demais estabelecimentos penitenciários. O CDHC e os parceiros tencionam inaugurar, nos próximos dois anos, Parlatórios nos 44 estabelecimentos penitenciários de todo o país.



O primeiro mestrado em matemática aplicada iniciou-se em Março deste ano via online, devido à covid-19.



NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

Matemática Aplicada a partir do próximo ano

PÓS-GRADUAÇÃO. Formação estará a cargo de docentes da Universidade de Aveiro, Portugal, e conta com o financiamento da fundação Calouste Gulbenkian. Inscrições já decorrem, com término previsto para 30 deste mês.

A

Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (FCUAN) prevê, a partir do próximo

ano, ministrar dois cursos de pós-graduação em Matemática Aplicada à Ciência de Saúde e Ciência de Dados, ambos de carácter técnico e com duração de três meses.

Segundo a coordenadora dos cursos, Maria da Natividade, podem candidatar-se todos os licenciados em matemática, cursos afins com matemática e ciências da saúde, num total de 40 por cada curso, durante a formação de nivelamento.

65

Mil e 125 kwanzas, valor da mensalidade do curso que terá a duração de três meses.

A professora de matemática avançou, em declarações à Angop, que os cursos serão leccionados via online, através da plataforma zoom.

O nivelamento é um curso prévio de carácter eliminatório que tem como objectivo uniformizar o nível de formação, devendo ser apurados os que alcançam um

crédito (cada crédito equivale a 15 horas lectivas).

Para o efeito, estão já a decorrer as inscrições, com término previsto para 30 deste mês.

Para a inscrição, os candidatos interessados deverão pagar 16.281 kwanzas, enquanto a taxa de matrícula está fixada nos 32.562 kwanzas. A mensalidade são 65.125 kwanzas.

A formação estará a cargo de docentes da Universidade de Aveiro, Portugal, e conta com o financiamento da fundação Calouste Gulbenkian.

Esta será a segunda formação, tendo a primeira sido um curso de mestrado em matemática, iniciado em Março deste ano, que continua a decorrer via online, devido à pandemia da covid-19.

NÚMEROS DA SEMANA

1

Milhão Painéis solares que devem ser instalados, em dois anos, no país, pelo grupo português MCA, que prevê ainda construir sete centrais solares no mesmo período.

37

Posições que Angola subiu no índice de países da agência de comunicação britânica FutureBrand, de acordo com o estudo anual.

900

Postos de empregos anunciados para o hotel Intercontinental, durante a sua inauguração pelo Presidente da República.

Três

Mil milhões USD valor que uma empresa do ex-vice-presidente Manuel Vicente terá lucrado com a transacção de dois blocos petrolíferos que tinham sido cedidos a custo zero pela Sonangol, noticia a agência Lusa.

Sonangol adere a mecanismo anti-corrupção

A Sonangol aprovou, recentemente, a revisão da sua 'política anti-corrupção' e 'anti-suborno'. A estes dois 'instrumentos estratégicos' junta-se a 'conduta ética corporativa' que estabelece os princípios e deveres fundamentais pelos quais se deve reger o comportamento individual dos seus colaboradores, nomeadamente nos domínios das 'políticas corporativas 'anti-fraude', de 'conflitos de interesses', de 'brindes e ofertas' e de 'não retaliação'.

Segundo a Sonangol, para assegurar resultados imediatos de boa governança da empresa, "a área de compliance tem agora nível de direcção, tendo como responsabilidade garantir, tanto a nível corporativo como das unidades de negócio, a implementação do programa de conformidade, visando fortalecer a cultura organizacional, alavancar os negócios, proteger e ajudar a melhorar a reputação da empresa".

Todas essas iniciativas resultam da adesão do Grupo Sonangol à Trace International, uma associação comercial sem fins lucrativos, fundada em 2001, totalmente financiada pelos seus membros, cujo objecto social consiste em fornecer às empresas multinacionais e seus aos intermediários comerciais, suporte em compliance anti-suborno, de acordo com as leis U.S. Foreign Corrupt Practices Act, UK Bribery Act e demais legislação semelhante.



ÍNDICE IBRAHIM

Angola é o terceiro país africano que mais melhorou nos últimos 5 anos

O relatório sobre o Índice de Governança Africana, divulgado pela Fundação Ibrahim, coloca Angola entre os países que mais conseguiram registar progressos ao longo da década, juntamente com Chade, Costa do Marfim, Etiópia, Madagá-

car, Seicheles, Sudão e Togo.

De acordo com o relatório tornado público nesta segunda-feira, o país ocupa o 43.º lugar de uma lista de 54 países. Em 2019, somou 40 pontos no ranking, mais 5,4 do que em 2010. Progresso que o torna no terceiro país africano que mais melhorou no índice de governação, nos últimos cinco anos.

Apesar do progresso registado, o país é o pior classificado da África Austral. Muito atrás de Moçambique, classificado com tendência de deterioração acelerada, na 26.ª posição.

O melhor índice de governação é observado nas Ilhas Maurícias, secundadas por Cabo Verde, o país de expressão portuguesa mais bem posicionado.

Polémica exploração do 'ouro negro'

O Presidente João Lourenço reuniu, nesta segunda-feira, em Luanda, com o seu homólogo da RDC, Félix Tshisekedi, com quem, entre outros assuntos, tratou do polémico processo de exploração de hidrocarbonetos na bacia do Congo.

Foi o próprio chefe de Estado congolês que confir-

mou aos jornalistas, à saída da audiência, que abordou com JLo "a questão do antigo e complexo acordo para a exploração conjunta de petróleo", que acabaria por ser a origem de uma série de crispações entre os dois países em 2009, levando à expulsão de milhares de angolanos do território congolês.

A The Africa Report, revista sobre questões económicas com sede em Paris, divulgou, em Março, que "o presidente congo-



lês manifestou profundo desagrado a JLo, devido ao impasse nas negociações sobre a mesma problemática da exploração com Angola dos hidrocarbonetos no rio Congo".

Segundo Tshisekedi, a par desse acordo petrolífero fez também uma exposição sobre a situação da RDC e a que prevalece na Região dos Grandes lagos, que coincide com os problemas no Leste do Congo, fronteiro com o Uganda e o Ruanda.